

Bruno de Freitas

RIBEIRÃO SÃO VICENTE

Panorama socioprodutivo e potencialidades
para o turismo ecorrural em Ituiutaba

BRUNO DE FREITAS

**RIBEIRÃO SÃO VICENTE:
Panorama socioprodutivo e potencialidades
para o turismo ecorrural em Ituiutaba**

Ituiutaba, MG

2015



© Bruno de Freitas, 2015.

Arte Gráfica e editoração: Mical de Melo Marcelino e Anderson Pereira Portuguez.

Arte da capa: Anderson Pereira Portuguez.

Revisão ortográfica e gramatical: Lusmeire Martins Santos.

Contatos:

E-Books *Barlavento*

CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 68066 / Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Asé Babá Olorigbin.

Rua das Orquídeas, 399, Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.

Tel: 55-34-32689168 e 55-34-88629391

barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial:

Mical de Melo Marcelino (Editor–chefe)

Antônio de Oliveira Junior

Claudia Neu

Giovanni F. Seabra

Hélio Carlos Miranda de Oliveira

Leonor Franco de Araújo

Maria Izabel de Carvalho Pereira

Jean Carlos Vieira Santos

Ribeirão São Vicente: panorama socioprodutivo e potencialidades para o turismo ecoturístico em Ituiutaba. Bruno Freitas. Ituiutaba: Barlavento, 2015, 121 p.

ISBN: 978-85-68066-12-6

I Bruno Freitas.

1 Geografia. 2 Turismo. 3. Espaço Rural 4. Educação Ambiental.

Todos os direitos desta edição foram reservados ao autor e à E-Books Barlavento. A reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio fica expressamente proibida.

SUMÁRIO

Apresentação	6
1 Turismo, natureza e meio rural.....	11
Ecoturismo e educação ambiental	18
O ecoturismo e o turismo no espaço rural	25
2 A bacia hidrográfica do Ribeirão São Vicente.....	32
3 Panorama socioprodutivo	52
A agropecuária mecanizada	59
A agropecuária de baixa tecnificação	64
4 Trabalho e infraestrutura no São Vicente	74
As condições de trabalho e de posse da terra	74
Os investimentos infraestruturais	84
5 Turismo ecorrural: uma possibilidade para o desenvolvimento rural de Ituiutaba.....	92
Uma proposta de roteiro ecorrural	96
Conclusões	105
Referências	110

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo caracterizar a Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente (Ituiutaba/MG), como forma de subsidiar propostas de desenvolvimento em escala local. Além de traçar o perfil populacional e de uso da terra, conheceu-se as estratégias econômicas da população local como forma de subsidiar posteriores propostas de diversificação econômica, a partir das potencialidades e viabilidades recreativas da área de estudo, por meio do incentivo ao turismo ecorrural, lazer rural e educação ambiental.

De acordo com Rodrigues (2000), as bacias hidrográficas concentram todos os elementos da natureza que são responsáveis pela manutenção da qualidade do ambiente, além de nelas, ser possível encontrar recursos naturais que, se bem utilizados, podem embasar o desenvolvimento econômico e social.

De acordo com Guerra e Marçal (2006), a bacia hidrográfica, como escala de análise geográfica, é uma excelente unidade de compreensão e gestão dos elementos naturais e sociais, pois nelas é possível acompanhar as mudanças introduzidas pelo homem ao longo do tempo e, desta forma, aferir-se o modo de apropriação/ocupação do espaço gera (ou não) impactos ambientais graves.

Neste sentido, refletir sobre estas questões em uma dimensão empírica significa aportar alguns elementos novos à análise do meio rural de Ituiutaba, considerando que o turismo associado à educação ambiental pode ser uma ferramenta para estimular novas alternativas de desenvolvimento para este município.

Esta bacia hidrográfica vem apresentando ao longo dos últimos 40 anos, um crescente processo de degradação ambiental, devido ao avanço da agricultura canavieira e, sobretudo, das áreas de pastagens. No entanto, ainda é possível encontrar em grande parte das propriedades rurais, áreas de remanescentes matas ciliares e bosques de Cerrados, que desempenham importante papel na manutenção da dinâmica ecológica em escala local.

Como forma de incentivar a conservação ambiental, o reflorestamento e a manutenção dos aspectos cênicos da paisagem, desejou-se com este estudo, fornecer os subsídios para a incorporação de atividades produtivas menos impactantes, que ao mesmo tempo em que despertam a sensibilidade ambiental dos residentes, podem ainda, se tornar fontes de renda complementar para as propriedades locais. É o caso do turismo ecoturismo, lazer rural e outros.

Para tanto, realizou-se uma série de levantamentos documentais e bibliográficos para embasar teoricamente as discussões feitas e dar os direcionamentos necessários para a coleta de dados em campo. Realizou-se, ainda, um levantamento cartográfico para que os fenômenos estudados na área de estudo pudessem ser espacializados e interpretados.

A área foi delimitada a partir das cartas topográficas: SE-22-Z-C-III (Gurinhata), SE-22-Z-D-I (Serra de São Lourenço), ambas em escala de 1:100.000 editadas pelo IBGE (1973). Além da utilização destas cartas, para a delimitação da BHRSV, foi necessário ir a campo e georreferenciar alguns pontos, para confirmar as coordenadas geográficas, confrontando assim, os dados das cartas e da realidade encontrada em campo.

Além disto, utilizaram-se imagens de satélites, que apresentaram um panorama mais atual do que as cartas no que se refere às atuais formas de ocupação da área. Por fim,

buscaram-se dados cartográficos na Prefeitura, elaborou-se mapeamento de localização, rede de drenagem, antropização, hipsométrico, condição de posse e uso das propriedades, panorama empregatício nos empreendimentos e proposta de roteiro turístico, que integra a referida bacia ao conjunto de potenciais existentes no centro urbano e no Rio da Prata.

Em campo, elaborou-se um farto acervo fotográfico de toda a bacia (panorâmica de solo). Concomitante a esta etapa do trabalho de campo, os pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisa em Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local realizaram uma exposição de aerofotografias amadoras, cujo acervo continha imagens da BHRSV, que foram realizadas em atenção às necessidades da presente pesquisa. O sobrevôo foi realizado no dia 27 de abril de 2011, entre 10:30 e 11:30, durante o qual foram tiradas fotografias panorâmicas oblíquas em diferentes ângulos. Para tanto, utilizou-se uma aeronave *Piper Cub*, modelo JIII que voou a uma altitude média de 3.500 pés (500 metros do solo).

Além disto, foi percorrido o ribeirão desde a nascente até a foz, para observar como a paisagem se transforma, além disto, os pesquisadores visitaram todas as 82 propriedades rurais, áreas remanescentes de vegetação nativa e observaram as condições de trafegabilidade e segurança. A coleta de dados foi realizada diretamente pelos pesquisadores, por meio de abordagem direta, entre os dias 23 e 31 de janeiro de 2012. Em campo, realizaram-se ainda observações diretas e coleta de informações, por meio de depoimentos livres. Os entrevistados foram identificados por codinomes (espécies de flora dos Cerrados), como forma de cumprir os protocolos firmados junto ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos-UFU.

Como a BHRSV é relativamente pequena, optou-se por estudar todo o universo de propriedades, por meio de um estudo descritivo-analítico de corte transversal (ou de prevalência). As fazendas foram identificadas por números e por coordenada aproximada, para assegurar o sigilo dos entrevistados.

Aplicou-se um questionário semiaberto que tratou de temas relacionados ao perfil da população local da infraestrutura dos empreendimentos rurais, bem como a produção agropecuária, além da percepção da paisagem e interesse pela atividade turística, educativa e recreativa.

O presente trabalho foi organizado da seguinte forma: após esta introdução o primeiro capítulo intitulado “Turismo, natureza e meio rural” traz uma breve análise sobre as origens do turismo, bem como o surgimento do turismo de massa. Traz um panorama de algumas segmentações turísticas surgidas em oposição ao turismo massificado, como o ecoturismo e o turismo ecorrural.

O segundo capítulo intitulado “A bacia hidrográfica do Ribeirão São Vicente” apresenta a localização do município de Ituiutaba, no contexto do Triângulo Mineiro, bem como sua influência regional. Delimitou-se a área de estudo propriamente dita, a BHRSV, localizada na área rural, ao sul do referido município. Este capítulo trata ainda das características do meio natural da BHRSV, tais como: geologia, geomorfologia, clima, biogeografia, bem como suas aplicabilidades turísticas de planejamento e contemplação por parte dos visitantes.

No terceiro capítulo intitulado “Panorama socioprodutivo”, discutiu-se acerca das atuais formas de uso e ocupação do espaço na área, bem como seu processo histórico e, por fim, descreveram-se as atividades produtivas locais, tais

como: a pecuária bovina extensiva, cultivos intensivos de cana-de-açúcar, suinocultura confinada e produção familiar¹.

O quarto capítulo intitulado: “Trabalho e Infraestrutura no São Vicente” trata em específico das características populacionais, dados de trabalho e relacionadas à infraestrutura dos empreendimentos rurais da BHRSV a partir de variáveis, tais como: destinação de esgoto, formas de obtenção de água (bem como sua canalização), destinação de resíduos e acesso à eletrificação rural, assim como as limitações encontradas ao desenvolvimento local.

O quinto capítulo intitulado: “Turismo ecorrural: uma possibilidade para o desenvolvimento rural de Ituiutaba”, discute a dos moradores em relação ao espaço em que vivem, bem como seus interesses em relação à possível implantação do turismo na área em questão, além de ser apresentada uma proposta de roteiro turístico, que integra a bacia ao Salto do Prata, que é um dos atrativos turísticos mais relevantes no município de Ituiutaba.

Por fim, nas conclusões apresentaram-se os resultados obtidos pela presente pesquisa. Neste sentido, acredita-se que o turismo ecorrural e o lazer rural podem ser importantes ferramentas de educação ambiental, ao mesmo tempo em que promovem a conservação das matas remanescentes e ainda podem agregar renda para as propriedades.

¹ Neste trabalho entendem-se os termos “agricultura familiar” e “produção familiar” a partir fundamentalmente de uma concepção cultural, pois de fato, na maior parte das pequenas propriedades visitadas, a forma de organização da produção está baseada no trabalho das famílias e na solidariedade consanguínea. O autor está ciente da existência de ampla discussão sobre os conceitos de “campeinato” e “agricultura familiar”, mas esta não é uma questão chave para o presente estudo, de forma que se optou por uma noção mais empírica e menos ideológica.

1 TURISMO, NATUREZA E MEIO RURAL

Em uma breve análise sobre as origens do turismo, antes deste se consolidar como uma atividade econômica e um fenômeno social, Boyer (2003) explica o surgimento das primeiras práticas turísticas que datam do século XVI. Mas foi no século XVII que começou a se estruturar a Revolução Turística. Ao tecer considerações acerca deste período, período este influenciado pelo Romantismo, o autor esclareceu como se acentuou a vontade do ser humano (em geral a elite) em conhecer novos lugares, indo assim além dos seus limites, dando início a deslocamentos mais frequentes.

Assim, neste período, surgiram inúmeros guias de viagens, sendo os deslocamentos e acessos restritos a um pequeno número de turistas. Percebeu-se que desde a origem do turismo, esta atividade tem sua formação em uma base elitista. Entretanto com o passar do tempo, esta atividade foi se popularizando, chegando a ser intitulada como: turismo de massa. Tal fato se deve a fatores diversos de ordem social econômica, tecnológica, política, cultural e outros. Neste sentido, é possível entender que:

Massa, esta palavra era pouco utilizada no século XIX que exaltava o povo e os direitos do homem; ela impôs-se no século XX. Os poderes buscaram a adesão das massas e os produtores o seu consumo; os *mass media* penetraram em toda a sociedade. Os regimes totalitários organizaram a adesão das massas à sua ideologia e ao seu chefe carismático; eles multiplicaram as manifestações de massa, partido e sindicato único banalizaram os lazeres e as férias de massa (BOYER, 2003, p.149).

Percebeu-se que de forma gradativa, a partir de movimentos sociais a população dos países ocidentais capitalistas e centrais foram conquistando direitos trabalhistas, dando início a inúmeros direitos coletivos, que priorizavam o acesso a benefícios como descanso, férias remuneradas e outros que contribuíram para o aumento das atividades de lazer, bem como o crescimento das atividades turísticas. Aos poucos estas transformações se estenderam a alguns países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil. Percebeu-se então, que devido a estes fatores o turismo foi se popularizando e deixando de ser uma atividade eminentemente elitista.

Ainda segundo Boyer (2003), esta popularização de acesso a bens e serviços eram opostas aos princípios do capitalismo da época, que se opunham às conquistas trabalhistas, e, secundariamente, desprezavam as atividades de lazer destinadas a todas as esferas sociais.

Surgiram movimentos sindicais que reivindicavam direito às férias, que fez aumentar gradativamente o tempo disponível aos deslocamentos para realização das práticas turísticas, que podem ser as mais variadas possíveis, pois o turismo não consiste somente em viagens e estadias de passeios e lazer, mas também deslocamentos a negócios, estudos, dentre outros.

Na contemporaneidade a mídia consegue influenciar as pessoas que têm tempo livre, despertando assim vontades e desejos, fazendo com que esta massa procure realizar atividades alheias à sua rotina e/ou cotidiano. Além desta midiaticização dos lugares, bem como desejos de visitas, há uma facilidade maior, em que as mais variadas classes sociais se deslocam cada vez com mais frequência a mais variados lugares que se adequam à renda de cada indivíduo.

Sendo estes deslocamentos cada vez mais frequentes e acessíveis, a OMT (1994) conceitua que “o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios e outros” (OMT, 1994 apud SANCHO, 2001, p.3).

Ainda de acordo com a OMT (1994), percebeu-se que esta prática vem se popularizando no decorrer do tempo, até mesmo quando se refere a viagens internacionais. Para explicar tal crescimento, baseou-se em inúmeros fatores que contribuíram para este processo, seja por motivos de lazer, de negócios ou estudos, que são apresentados a seguir:

[...] aparecimento do avião a jato para passageiros como resposta ao término da Segunda Guerra Mundial, o baixo preço do petróleo, a maior renda das famílias, o aparecimento de férias remuneradas [...] O desenvolvimento das comunicações e dos meios de transporte foram fatores determinantes que ampliaram as possibilidades de chegar a novas e mais distantes regiões de recebimento ou destino turístico. [...] o crescimento progressivo das relações comerciais entre os diferentes mercados mundiais (OMT, 1994 apud SANCHO, 2001, p. 3-4).

De acordo com Dias (2003), o turismo consiste em uma atividade econômica que se desenvolveu nos mesmos moldes do crescimento econômico mundial, impulsionado pela Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra no século XVII, que prioriza a geração de renda, mesmo que para isso seja necessário a exploração de recursos naturais de forma intensiva.

Considera-se que esta atividade é muito mais que meramente econômica, mas sim um fenômeno social, visto que

vai além de gerar lucro. Interfere na vida, no cotidiano das pessoas, trazendo benefícios e/ou impactos para os moradores dos lugares receptores dos visitantes. Em alguns casos esta atividade consegue explorar recursos além dos naturais, se entendendo aos recursos socioculturais.

Trazendo o turismo para escala nacional, percebeu-se de acordo com a OMT (1994 apud SANCHO, 2001) este fenômeno social também teve um crescimento considerável, por motivos similares. Um exemplo nítido foi o crescimento da utilização do automóvel, seja este próprio ou coletivo, dentro do próprio país que facilitou bastante os deslocamentos de pessoas.

Em países com alto índice de desenvolvimento, os moradores puderam contar com mais liberdade de ter momentos de lazer, pois além de contarem com os meios de transportes, houve investimentos nas infraestruturas básicas e maior acesso às informações.

De acordo com Coriolano (2006), o desenvolvimento social e local interfere na cultura, visto que ocasiona uma mudança de mentalidade, de câmbio social e institucional. Tal alteração introduzida pelo desenvolvimento, onde a homogeneização, padronização e a ocidentalização do mundo anularam a diversidade, são inviáveis para o desenvolvimento humano e o desenvolvimento local, estendendo ao turismo e pode ser notado no trecho a seguir:

Um pescador das ilhas Seychelles estava tranquilamente estirado na rede em seu barco quando foi abordado por um turista inquiridor. O pescador explicou-lhe que pescava o suficiente para satisfazer suas necessidades e a de sua família, depois ia para casa trabalhar uma hora em sua horta e depois sentava-se na praia e olhava o mar. O turista ficou horrorizado. Pacientemente explicou ao pescador que se

colhesse mais pescado do que necessitasse podia vendê-lo, comprar outro barco e ter uma pessoa para trabalhar para ele, depois outra e outras – e seria rico e dificilmente teria que trabalhar; poderia sentar-se e olhar o mar durante a maior parte do tempo. Ao que o pescador respondeu imediatamente que isso era precisamente o que estava fazendo (WILSON, 1991 apud DIAS, 2003, p.14).

Sendo o turismo uma prática essencialmente capitalista, o mesmo subsidia a exploração de mão de obra e lugares. Fonteles (2004) analisou fatores e elementos acerca da produção do espaço turístico, considerou que homem apropria da natureza, que se transforma em outra, comprometendo assim a qualidade do ambiente, além de transformar o lugar em mercadoria, já que o mesmo é reorganizado e há a alteração no cotidiano dos moradores.

Em função desta reorganização dos espaços turísticos, percebeu-se que ocorrem inúmeras interferências, a exemplo da globalização da cultura, dos serviços, do lazer, do turismo, dos produtos, interferindo e alterando a identidade das pessoas para atender às necessidades dos visitantes.

A globalização não se dá de forma homogênea no tempo e espaço e sobre isso, Coriolano (2006) escreveu que este fato ocorre em geral, pelas imagens econômicas, culturais e políticas da globalização serem simplificadas, não representando o caráter desigual dos processos globais. A maioria das pessoas não faz parte deste processo global, sendo a globalização ineficaz, pois os avanços do desenvolvimento ocorrem concomitantemente a um retrocesso socioeconômico e político. O que ocasiona riqueza e inserção pra uns, acarreta pobreza e exclusão aos outros.

A exploração dos recursos socioeconômicos é uma das bases de sustentação da lógica do capitalismo vigente. Com a evolução das práticas capitalistas de produção e a dita globalização, as atividades humanas tais como: a arte, a cultura, o lazer e o turismo em geral, voltam-se para o mercado, para o lucro e, cada vez mais se perde suas verdadeiras expressões subjetivas.

Esta visão de mercado apresentada é contestada por inúmeros autores de orientação crítica, entretanto não se restringe exclusivamente à academia. Até o próprio turismo percebeu que estas práticas predatórias precisavam ser revistas, com propostas alternativas que minimizassem os impactos ocasionados pelo turismo. Daí surge no cenário o ecoturismo, podendo ser um caminho possível da preservação de tais elementos, a partir da sustentabilidade, porém como qualquer outra atividade gera impactos.

Não são poucos os autores que consideram a ideia de sustentabilidade como já bastante desgastada (e até excessivamente midiaticizada) para ser aceita como um conceito acadêmico. Para Portuguese (2010b), este termo apresenta, contraditoriamente, um caráter ideológico excessivamente exacerbado pelo discurso oficial e empresarial, mas por outro lado, pressupõe um pensamento dotado de certa generosidade teórica, que mesmo reconhecendo-se seu caráter retórico, serve de inspiração para a produção de ideias focadas em uma ocupação do espaço, a partir de usos mais comprometidos com as dinâmicas do meio natural. Por este motivo, o autor não rechaça por completo a ideia de sustentabilidade, considerando-a possível, ainda que do ponto de vista de um idealismo teórico.

Segundo Portuguese (2010b), apesar dos avanços teóricos que balizam o planejamento turístico no Brasil, ainda hoje, é muito comum confundir-se o desenvolvimento do (ou com base

no) turismo com a mera ampliação de sua demanda. O autor lembrou que quanto maior o fluxo de pessoas, de capitais e de mercadorias, maior a pressão social sobre os espaços turísticos. Sendo assim, as áreas de fluxo massivo tendem, em geral, a apresentar graves problemas de ordem socioambiental.

De acordo com Coriolano (2007), quando trata de sua experiência com o turismo litorâneo, reconhece que sustentabilidade significa estratégia de desenvolvimento econômico e social contínuos sem prejuízo ao ambiente, mas na realidade não há um desenvolvimento econômico igualitário, pois o turismo tende a fragmentar, concentrar riquezas e degradar o meio ambiente, chegando até a privatização dos recursos naturais, dificultando o acesso da população, o que ocasiona a degradação socioambiental e a injustiça social.

O desenvolvimento ideal aconteceria se toda a sociedade fosse beneficiada e de acordo com Coriolano (2012), uma das possibilidades para que isto ocorra, seria por meio da realização de um turismo de base local, pautados em um desenvolvimento de base local:

O desenvolvimento local é aquele realizado em pequenos lugares de forma participativa, levando à mudanças socioestruturais, com caráter endógeno. Nele, os habitantes possuem relativa autonomia, para explorar o potencial do território que beneficie a maioria deles, e decidir como cada um pode contribuir com inovações. São os residentes os agentes principais do desenrolar de todo processo de desenvolvimento e zelam pela qualidade dos relacionamentos interpessoais, interinstitucionais, aproveitam as sinergias em benefício da coletividade (CORIOLANO, 2012, p. 64).

Considera-se que do ponto de vista da sustentabilidade, esta atividade só será uma atividade sustentável a partir do momento em que não ocorra degradação ao meio ambiente e gerem espaços públicos de participação e políticas redistributivas. O desenvolvimento focado na escala humana e um turismo para benefício de comunidades, por meio de adoções de políticas que criem oportunidades de trabalho e renda, visando o benefício de comunidades, por meio de atividades programadas pautadas na revalorização do lugar, rompendo com a ordem e os valores da sociedade capitalista.

ECOTURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Historicamente Patrick Geddes é considerado o pai da educação ambiental. Segundo Dias (2004), o mesmo já tinha preocupações em relação aos possíveis efeitos ambientais negativos da Revolução Industrial, iniciada em 1779 na Inglaterra. Neste período Geddes já tecia questionamentos acerca dos grandes índices de crescimento urbano e suas possíveis consequências negativas para o ambiente natural.

Ainda para Dias (2004), em 1863, Thomas Huxley lançou a obra: *Evidências sobre o lugar do homem na natureza*. Já um ano depois, o diplomata George Perkin Marsh publicou o livro: *O homem e a natureza: ou geografia física modificada pela ação do homem*, discutindo a redução dos recursos naturais, bem como sua possível escassez. Mesmo assim esta preocupação ainda era muito restrita a um pequeno número de pessoas.

Sendo assim, nos períodos apresentados, no Brasil não havia as mesmas preocupações em função da própria escassez de intelectuais nesta área. Mesmo assim, contou com a visita de ilustres naturalistas: Darwin, Bates, Warning, Saint-Hilaire. A

partir daí, foram inúmeros os acontecimentos que fizeram com que esta temática tão importante, fosse sendo reconhecida politicamente e socialmente.

Considerada um marco no que se refere à formação das práticas de educação ambiental, foi na Conferência Intergovernamental realizada em Tbilisi (EUA) em 1977, que se formou uma nova consciência sobre o valor da natureza e para reorganizar a produção de conhecimento, baseada nos métodos da interdisciplinaridade e nos princípios da complexidade.

Sendo assim, após anos de discussões teóricas e descaso político com a educação ambiental, foi somente na década de 1990, que no Brasil a mesma começou a ter um expressivo reconhecimento. Como exemplo disto cita-se a Lei Federal n° 9.795 de 27 de abril de 1999. Foi somente com a assinatura desta Lei que esta situação de desinteresse referente à educação ambiental começou a ser revertida. Porém, é bom deixar claro que esta política reconhece a necessidade destas práticas, entretanto, não gerou resultados práticos e satisfatórios. De acordo com o Art. 1° desta lei:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e da sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Sobre esta mesma Lei, Saito (2002), tratando em específico sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, afirma que a mesma é resultado de uma longa série de lutas dentro do Estado e da sociedade para expressar uma concepção de ambiente. Já Dias (2004), discute que em função de o Brasil

ser o único país da América Latina que tem uma política específica para educação ambiental, a Lei se configura como uma grande conquista para o cenário ambiental do nosso país.

Assim, mesmo que esta norma jurídica não seja colocada em prática na íntegra, ressalta-se a importância de sua própria existência, se configura em um importante ponto de partida para o cuidado com o ambiente. Para tanto, Saito (2002) conclui que a Política Nacional de Educação Ambiental:

[...] não pode, pelas forças contraditórias que participaram de sua elaboração, carregar um conteúdo emancipatório explícito, voltado para a democracia e a justiça social plena. No entanto, cabe-nos buscar explicitar esse debate, assim como expor, segundo uma leitura socialmente compromissada, o potencial transformador que ela carrega, a partir do qual formulamos nossa concepção de educação ambiental (SAITO, 2002, p. 58).

Percebe-se que a própria educação ambiental, por sua natureza complexa e interdisciplinar que envolve aspectos da vida cotidiana, deve ser pensada criticamente. Sorrentino (1998) afirmou que esse campo educativo tem sido fertilizado transversalmente, e, dessa forma, possibilita a realização de experiências concretas de educação ambiental de forma criativa e inovadora por diversos segmentos da população e níveis de formação.

O maior desafio da educação ambiental, segundo Leff (2003) é garantir que os homens incorporem em sua vida elementos-chave, tais como métodos, categorias de análises, valores e conhecimentos que lhe permitam compreender, de forma crítica as inter-relações múltiplas e complexas que existem entre os distintos aspectos que conformam a realidade.

Este desenvolvimento é incrementado nos níveis de compreensão, que não implicam desestimar as dimensões valorativa e afetiva, possui a intenção prática de orientar as atuações sociais, individuais e coletivas, na busca de soluções para os problemas que a realidade apresenta.

A inserção da prática da educação ambiental na BHRSV vai além do simples ato de transmitir e repassar conhecimento, visto que a partir da transmissão de conhecimentos referentes à educação ambiental aos atores sociais ali residentes, faz com que estes comprometam com o meio, mudem comportamento e, por conseguinte possam buscar soluções para possíveis problemas existentes na comunidade.

Lombardo (2000) atribui importância à Educação Ambiental pelo fato de que a mesma transcende sua essência, chegando a contextos econômicos, políticos e sociais, neste sentido fica nítido a sua interdisciplinaridade, permitindo o engajamento dos diferentes segmentos profissionais, responsáveis pela formação de cidadãos consciente de seus direitos e deveres, inclusive no que se refere na preservação da qualidade de vida.

Rodrigues (2000) reconhece a importância da preservação das florestas, visto que as mesmas asseguram a continuidade da vida na face da terra, desde que o homem saiba utilizar estes recursos naturais de forma sustentada, amparado na Educação Ambiental.

Daí a importância de inserir o incentivo à preservação da área em questão, já que a mesma foi alvo da inserção da agricultura de forma extensiva, e as áreas remanescentes atualmente se encontram em pequena quantidade.

A realização da prática educativa é adequada de acordo com a realidade dos atores sociais envolvidos, incluindo o reconhecimento da especificidade de cada indivíduo, possibilita

que os mesmos interajam com o meio ambiente de forma autônoma, passem a serem capazes de levantar e reconhecer a situação do seu cotidiano; a dinâmica ambiental assim intervém no meio ambiente com o propósito de melhorá-lo.

Diante do exposto, entende-se que a educação ambiental pode ser uma prática incentivada pelas atividades turísticas, visto que este fenômeno social, quando massificado, traz prejuízos ao ambiente. Com esta percepção sobre a atividade turística, percebe-se que se a mesma se não for bem planejada, gera grandes impactos ambientais e sociais.

O ecoturismo se difere do turismo massivo, visto que este último em suas origens, deixou marcas negativas no ambiente, pois as estratégias de planejamento dominantes até o início da década de 1990, não levavam em consideração as questões relacionadas à proteção do ambiente. Por sua vez, o ecoturismo surge como uma modalidade de turismo que tem o objetivo de desenvolver uma atividade mais responsável em relação ao ambiente, pois em geral, é realizado em grupos menores, respeitando-se assim o meio e a sociedade, tentando-se evitar grandes impactos negativos.

Aprofundando conceitualmente o que vem a ser ecoturismo, Dale (2005) escreveu que no final da década de 1970, iniciou-se um processo crescente de preocupação com o ambiente, surgindo atividades econômicas alternativas. Como exemplo pode-se citar: a agricultura orgânica, energias renováveis, a cadeia produtiva da reciclagem e até mesmo o próprio turismo alternativo (ao de massa).

Coriolano (2006), ao analisar a questão ambiental relacionada com o turismo, discutiu a importância de se compreender que ele abrange muito mais do que os ambientes naturais, mas também os culturais e a própria sociedade. A autora entende que o ambiente também é composto por bens

correlatos à natureza como: água, o solo, a flora, a fauna, as belezas naturais, ou correlatas à sociedade, como: o patrimônio histórico, cultural, paisagístico e arqueológico, transformados em atrativos turísticos.

Seguindo este mesmo princípio, Dias (2003) mostrou que há uma estreita relação entre o turismo de base sustentável e a conservação da natureza, na medida em que os agentes sociais responsáveis pela promoção desta atividade, cada vez mais, vêm demonstrando preocupações com a proteção dos lugares onde a recepção ocorre, envolvendo aí não somente a salvaguarda dos recursos naturais, mas também das culturas locais e das condições de existência humana. Porém, para que isto seja possível, a atividade turística não pode ser pautada pelo mercado de massa, como já alertou Rodrigues (1997), que por diversas vezes denunciou o caráter predatório desta atividade.

Partindo deste princípio, tem-se a dimensão do que venha a ser o ecoturismo, desmistificando-se ideias inerentes que este fenômeno social, venha a ser simplesmente uma atividade que tenha como base a preservação de recursos naturais, mas também tem a responsabilidade de preservar em todos os níveis, todos os elementos presentes no espaço.

O desafio é gerar o menor impacto possível, para que os benefícios da atividade sejam maiores que os problemas, tanto o ponto de vista ambiental, quanto cultural e social. É importante incentivar que a própria população conserve os componentes socioambientais, evitando assim a perda de identidade, cultura, valores da sociedade, e, que o atrativo turístico seja a própria natureza, os sistemas produtivos e cultura local.

Para que esta modalidade de turismo seja valorizada, é necessário adotar novas concepções sobre desenvolvimento, pautadas não somente na acumulação capitalista, mas, sobretudo, no bem estar social. De acordo com Coriolano

(2006), determinados lugares, mesmo que não possuam um alto padrão econômico e tecnológico, podem ser considerados como desenvolvidos, quando apresentam qualidade de vida e um bom índice de educação. Sendo assim, reconhece que ao longo do tempo, criaram-se novas percepções sobre o conceito de desenvolvimento.

O ecoturismo, nesta perspectiva idealista, prioriza a resignificação da cultura, da natureza, além de oportunizar a participação da comunidade no planejamento estratégico do setor, de modo a dinamizar a economia e responder às necessidades de saúde pública, educação, cultura, construção de moradias, lazer, produção de empregos, dentre outros. No entanto, sabe-se que este conjunto de benefícios é difícil de ser alcançado, porque não permite, em seu conjunto, a acumulação do capital nos moldes do turismo global.

De acordo com a EMBRATUR (1994), o Poder Público considera benefícios do ecoturismo:

A diversificação da economia regional, por meio da indução do estabelecimento de micros e pequenos negócios; a geração local de empregos; a fixação da população no interior; o melhoramento das infraestruturas de transporte, comunicações e saneamento; a criação de alternativas de arrecadação para as unidades de conservação; a diminuição do impacto sobre o patrimônio natural e cultural, a diminuição do impacto no plano estético-paisagístico; melhoria nos equipamentos das áreas protegidas (EMBRATUR, 1994 apud CRUZ, 2003, p.65).

Percebe-se então, que o Poder Público se pauta na idealização do ecoturismo como uma atividade capaz de gerar o pleno desenvolvimento nos moldes mais fabulosos do conceito

de sustentabilidade. Neste trabalho, defende-se que o ecoturismo é capaz de promover formas menos impactantes de desenvolvimento para comunidades menos tecnificadas, porém, de forma bem menos romântica e mais crítica.

O ecoturismo requer a natureza como seu principal objeto de consumo, de forma que seu o ambiente tem de estar protegido para que se torne palco da atividade turística. Mas mesmo com esta conservação o ambiente requer, ainda que em pequenas intensidades, infraestrutura adequada para atender aos visitantes.

Esta atividade, ainda que pautada em um discurso conservacionista, pode provocar efeitos contraditórios. O aumento da circulação de pessoas gera impactos sobre os ambientes naturais, causando alterações como: aumento de dejetos e lixos, contaminação das águas, compactação do solo pelo pisoteio de pessoas e/ou animais em trilhas, dentre outros (RUSCHMANN, 2000).

O ECOTURISMO E O TURISMO NO ESPAÇO RURAL

Em se tratando de ecoturismo enquanto responsável pela otimização da preservação dos elementos socioambientais, é necessário conhecer lugares que podem ser palco destas atividades. Utiliza-se como exemplo o turismo no espaço rural, que como qualquer outra atividade, deve ser planejada para que assim torne palco de práticas de lazer e educativas, além de agregar renda às comunidades rurais, sobretudo sem deixar de lado a proteção dos elementos presentes neste espaço.

De acordo com Almeida (2010), o turismo rural é entendido como aquele que tem como cenário o espaço rural destinado para as atividades de lazer e fruição, em contato com a natureza e com as populações locais e suas práticas culturais.

Já o conceito de agroturismo se refere a uma modalidade de turismo no espaço rural, quando o turista efetivamente se hospeda no meio rural, participa nas atividades cotidianas deste espaço, mesmo que enquanto observador.

Em sua dissertação de mestrado, pioneira a trabalhar sobre agroturismo no Brasil, Portuguez (1998) afirmou que:

O agroturismo, por sua vez, pode ser entendido como a modalidade de turismo em espaço rural praticada dentro das propriedades, de modo que o turista e/ou excursionista entra, mesmo que por um curto período de tempo, em contato com a atmosfera da vida na fazenda, integrando-se de alguma forma aos hábitos locais. Tal distinção se faz necessário, na medida em que se pode, por exemplo, praticar o turismo ambiental em espaço rural, ou seja, não especificamente no interior de uma propriedade. Admite-se, porém, a existência de alguns equipamentos fora das propriedades (hotéis e restaurantes nas sedes municipais, postos de informações etc.) como forma de dar melhor suporte aos empreendimentos, desde que a maior parte da programação de recreação se dê dentro das fazendas e sítios (PORTUGUEZ, 1998 p.54).

Percebe-se então a complexidade desta modalidade turística, já que transcende o simples ato de se conhecer o meio rural, mas sim envolve sentimentos de lazer, aprendizagem, consumo e conhecimento de valores e da cultura local. Para tanto, percebeu-se que o turismo no espaço rural não se restringe às práticas discutidas anteriormente, visto que este espaço se transforma de acordo com as necessidades dos turistas e/ou moradores e proprietários.

Este espaço se transforma para atender as necessidades de demanda e preferências de consumo, acomodação dos visitantes, instaurando assim, novas infraestruturas e serviços, alheios à composição paisagística rural em sua essência. Nestes casos, em geral o ambiente é alterado significativamente, incluindo-se alterações na paisagem natural e/ou cultural.

Portuguez (2010a), ao tratar da questão do turismo rural, discutiu o quanto esta modalidade é complexa e vai além das noções de ruralidade conhecidas, apresentando assim a multifuncionalidade do espaço rural e como as paisagens turistificadas das áreas rurais originam paisagens complexas e com alterações nos seus sentidos funcionais básicos. O mesmo autor explica que:

O fenômeno da multifuncionalização turística do espaço rural pode ser entendido como a agregação de atividades produtivas em uma determinada organização territorial de modo a diversificar produtos, serviços e mercadorias na tentativa de criar condições para o aumento da renda e da oferta de postos de trabalho pela mesma. As propriedades que assumem função turística necessitam de uma série de aportes que são típicas do espaço urbano (PORTUGUEZ, 2010a, p.3).

Este tipo de fenômeno ocorre cada vez com mais frequência e sem o planejamento adequado, criando contradições nestes espaços, devido as alterações da paisagem rural, que gradativamente vem ganhando elementos e infraestruturas urbanizadas. Ainda que o conteúdo de urbanidade se faça fortemente presente no meio rural, este último não deixa de existir. A ruralidade permanece ainda que alterada e tecnicizada, passando a conviver, portanto, com os novos conteúdos aportados pela modernidade urbana.

Ainda segundo Portuguez (2010a), o espaço rural, como qualquer dimensão da sociedade atual, se expressa como complexo, dinâmico, articulado, conectado ao mundo global e fortemente impregnado de identidades. Wandscheer e Teixeira (2010), consideram que atualmente a dinâmica do meio rural não está voltada exclusivamente para a agricultura.

Ainda de acordo com estes autores, quando os mesmos analisam a realidade rural, percebem que há mudanças ocorrendo nestes espaços, já que vêm assumindo novas funções, inúmeras vezes não de forma natural, mas sim imposta pelo grande capital para atender as mais diversas formas de anseios da sociedade contemporânea.

Portanto, não se deve entender o espaço rural de forma padronizada e estereotipada, mas sim de forma heterogênea, de acordo com as características específicas de cada lugar e pela forma de ocupação e utilização deste espaço, para os mais variados fins, podendo ser: comerciais, agrícolas, turísticos, de lazer, dentre outros.

Wandscheer e Teixeira (2010), quando tratam sobre as novas concepções do rural brasileiro, mostram que:

As transformações vigentes no país provocaram intensas alterações, que não inseriram, no campo, somente a tecnificação, a utilização de insumos, corretivos, defensivos e maquinários agrícolas em sua produção, mas alteraram o próprio espaço e as inter-relações vigentes no seu âmbito, assim como desencadearam o processo de valorização do meio, da cultura e do ambiente rural que, posteriormente, deixou de ser visto como espaço em atraso para ser vislumbrado como local onde se centraram os anseios de descanso, lazer e contato com o meio ambiente, valores intangíveis que assumem papel de destaque na sociedade contemporânea de

ambientes urbanos com engarrafamento, poluição, estresse, entre tantos outros fatores que a assolam (WANDSCHEER; TEIXEIRA, 2010, p.51).

Complementando o raciocínio exposto pelos autores na atualidade, não somente a modernização do campo constitui atrativo para população citadina em relação ao rural, pois a busca do espaço rural por turistas e/ou visitantes, se dá por elementos presentes no espaço rural, que vão além da modernização apresentada por Wandscheer e Teixeira (2010). Enfim, a busca do espaço rural na contemporaneidade não se fundamenta em um único fator, vinculando-se a múltiplas motivações, dentre elas a busca do turismo e do lazer.

Em função da modernização crescente, foi percebido que uma das responsabilidades do turismo no espaço rural é de criar mecanismos que a população local forneça serviços aos visitantes, sem se desvincular de suas atividades produtivas habituais. As atividades complementares tais como: produção de doces e queijos, artesanato, recepção, hospedagem e acompanhamento dos visitantes em trilhas e outras, não devem passar a ser atividades principais, mas sim secundárias, pois só assim o espaço rural não perderá de forma abrupta suas características ambientais, sociais e culturais tradicionais.

Fucks e Souza (2010) salientam que além disso, é necessário zelar pela privacidade familiar dos produtores e/ou moradores rurais. Elencaram uma série de elementos relativos ao patrimônio, existentes no espaço rural que podem e/ou devem ser preservados: as paisagens culturais; o modo de vida e de trabalho, a gastronomia típica regional, música, linguajar, lendas, costumes, saberes, fazeres, patrimônio arquitetônico e por fim, as instalações destinadas à prestação dos serviços e atendimento.

Neste capítulo, discutiram-se as origens do turismo enquanto atividade econômica, bem como sua compreensão, enquanto fenômeno social. Foram apresentadas algumas das segmentações turísticas, que foram surgindo ao longo do tempo, ora ideológicas, ora com caráter de preservação dos elementos socioambientais e culturais. Finaliza-se, portanto, com a presente discussão do conceito cunhado por Rodrigues (1998): o turismo ecorrural.

O turismo ecorrural é uma modalidade que se opõe aos princípios do turismo massivo sendo, portanto, uma prática denominada pela autora como (economia alternativa). O turismo de massa mobiliza grande quantidade de recursos, sejam naturais e/ou artificiais, causando graves impactos socioambientais.

Contrapondo-se ao modelo massificado o turismo ecorrural pressupõe visitas de pequenos grupos dirigidos a áreas “naturais” e/ou em espaços ditos rurais, que diferem dos padrões urbanos. A autora mesclou os conceitos de ecoturismo e turismo no espaço rural, preocupando-se não só com a utilização deste espaço, mas também com os princípios de proteção para com o ambiente, utilizando-se dos fundamentos ideológicos do ecoturismo.

O turismo ecorrural abarca, por definição, as atividades de educação ambiental, que a partir do presente estudo poderão ser incentivadas tanto nas práticas efetivamente turísticas, quanto nas atividades relacionadas ao excursionismo pedagógico².

² Para fins deste trabalho, considera-se o excursionismo pedagógico como uma atividade escolar de caráter interdisciplinar, que possibilita o aprendizado em campo por meio de excursões de caráter pedagógico (PORTUGUEZ, 2001).

Desta forma, o conceito proposto por Rodrigues (1998), amolda-se ao estudo, ora realizado tanto no que se refere aos usos que se pretende para a bacia, quanto ao aspecto ideológico, com base no qual se defende uma forma mais comunitária de planejamento e gestão do desenvolvimento de base local.

De acordo com os conceitos analisados até o presente momento, foi possível perceber que há possibilidades de que de fato se desenvolva uma atividade turística capaz de respeitar os elementos ambientais. Neste sentido, o próximo capítulo apresenta a localização do município de Ituiutaba, no contexto do Triângulo Mineiro, bem como sua influência regional. Além de tratar das características do meio natural da BHRSV, tais como: geologia, geomorfologia, clima, biogeografia, bem como suas aplicabilidades turísticas de planejamento e contemplação por parte dos visitantes.

2 A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO SÃO VICENTE

O município de Ituiutaba acha-se localizado na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais, a 685 km da capital Belo Horizonte. Sua área é de 2.598 km², e de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ituiutaba possuía em 2010, uma população de 97.159 habitantes, sendo que 93.122 habitantes (95,8%) viviam na zona urbana e 4.037 (4,2%) na zona rural.

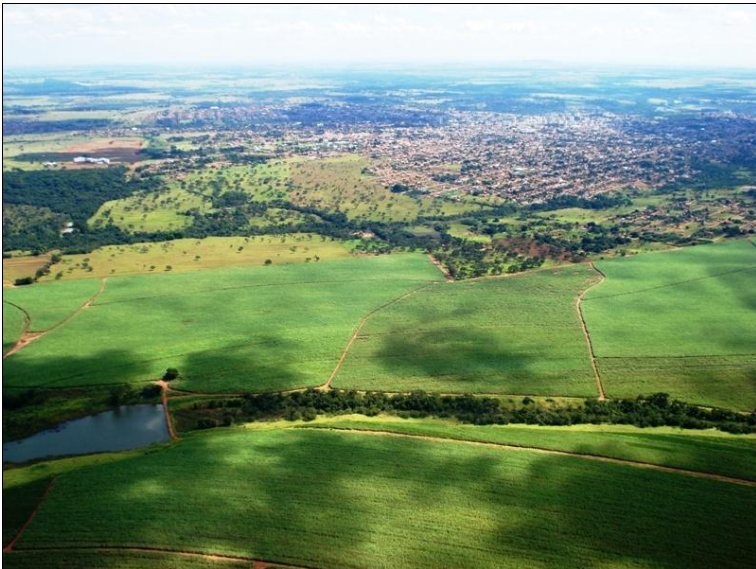


Foto 1:Ituiutaba: Visão panorâmica da borda sul do município e a respectiva cidade, 2011. Fonte: PORTUGUEZ, A. P., 2011.

A foto 1 apresenta o município de Ituiutaba, com características de uma cidade típica do Brasil Central, com arruamento traçado de forma estruturada como tabuleiro de xadrez. A zona central encontra-se em início de processo de verticalização e na periferia novos bairros tem surgido expansão, sobretudo os destinados à população de baixa renda. No plano inferior da foto, se vê a paisagem típica do seu meio rural imediato: os plantios comerciais de cana de açúcar e algumas pastagens (FREITAS; PORTUGUEZ; 2011b).

O município de Ituiutaba é um dos integrantes do Circuito Turístico Águas do Cerrado (figura 1), que segundo Portuguez e Oliveira (2011), foi criado na gestão do ex-governador Aécio Neves, pela Secretaria Estadual de Turismo do Estado de Minas Gerais, como um dos destinos regionais do turismo mineiro. Este circuito é formado pelos municípios de Santa Vitória, Ituiutaba, Prata, Capinópolis, Canápolis, Araporã e Cachoeira Dourada de Minas.

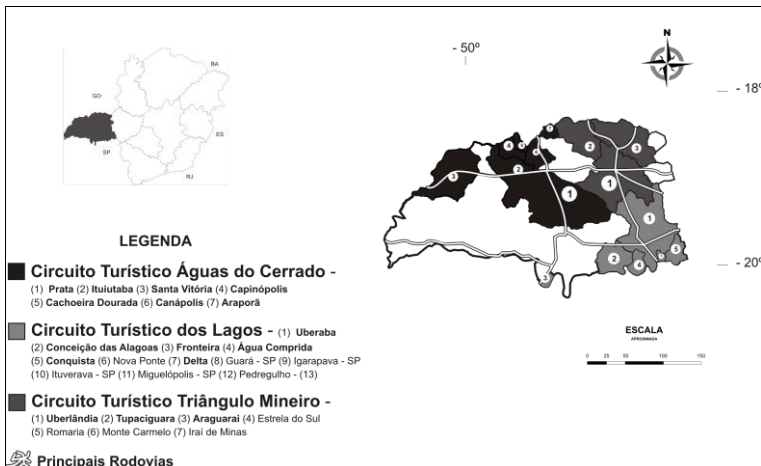


Figura 1: Ituiutaba enquanto destino receptivo do Circuito Águas do Cerrado, 2011. Fonte: PORTUGUEZ, A. P.; OLIVEIRA, L. P., 2011, p. 258.

A BHRSV situa-se na porção sul do município de Ituiutaba, entre as coordenadas de 19°01' e 19°08' de latitude sul e 49°35' e 49°22' de longitude oeste, a cerca de 4 km da sede municipal (figura 2).

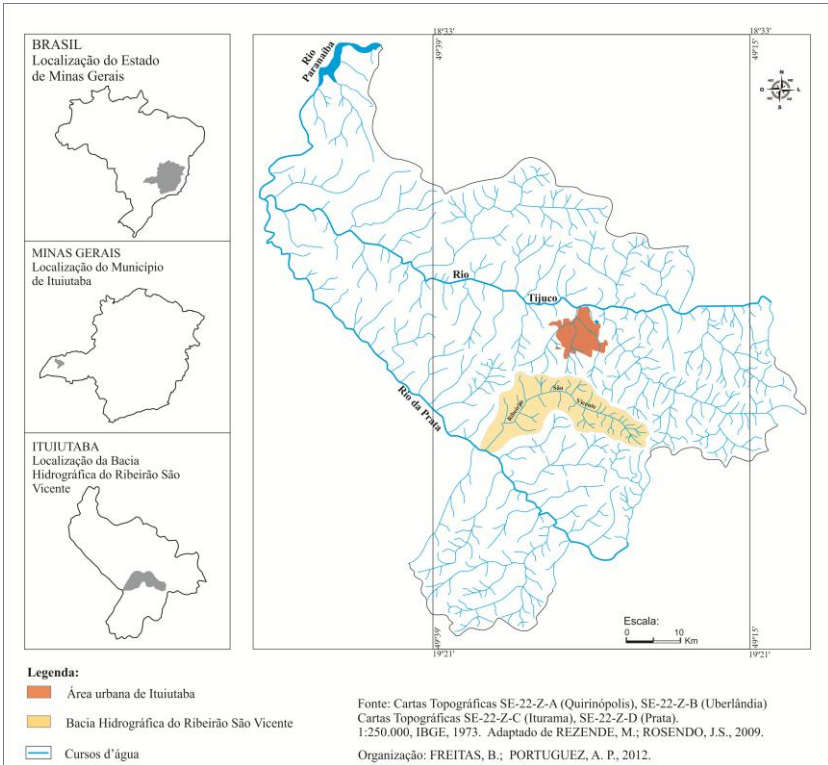


Figura 2: Ituiutaba: Localização da área estudada, 2012.

Fonte: Cartas Topográficas SE-22-Z-A (Quirinópolis), SE-22-Z-B (Uberlândia), Cartas Topográficas SE-22-Z-C (Iturama), SE-22-Z-D (Prata). 1:250.000, IBGE, 1973. Adaptado de REZENDE, M.; ROSENDO J. S., 2009. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

O acesso à BHRSV é formado por uma rede de estradas rurais não pavimentadas. Destes, dois merecem ser destacados. O primeiro corresponde à extensão da Av. Jandiro Vilela de Freitas, que ao avançar para o meio rural, recebe a denominação de Rodovia MG 154. Por sua vez, o segundo acesso se dá por meio de uma estrada rural correspondente ao prolongamento da Rua Pepino Laterza. Inicia-se na altura do Campus do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia e segue rumo ao sul do município.

Como se pode observar na figura 2, o Ribeirão São Vicente é um dos afluentes do Rio da Prata, que por sua vez, deságua no rio Tijuco. Este último é considerado o curso d'água mais representativo do município e é um dos afluentes do rio Paranaíba. Aliás, o termo *Ituiutaba*, de origem indígena, significa “rio lamacento”, em referência à tonalidade escura das águas do Tijuco, que banham áreas próximas ao Distrito Sede.

A BHRSV possui aproximadamente 60 km de perímetro e em seu interior, o Ribeirão São Vicente percorre cerca de 26 km entre suas nascentes e sua embocadura no Rio da Prata. Pontos de referências, de ordem geomorfológica, contribuem para a delimitação da BHRSV: Serra da Cigana, Serra de São Vicente, Serra do Saltador, Serra da Aldeia, Serra da Mesa.

Estas formações geomorfológicas escarpadas estão localizadas em cotas que variam de 550 a 750 metros de altitude, ora caracterizadas por serras de topos aplainados, ora por morros residuais que, do ponto de vista turístico, propiciam mirantes naturais importantes para ações de contemplação e caminhadas em trilhas. As estradas rurais que dão acesso aos diversos recantos da bacia possibilitam bons pontos de observação e interpretação da paisagem, uma vez que foram traçadas em boa parte, em sentido perpendicular aos divisores de águas.

Do alto para o médio curso, há formas diferentes de uso do solo, tais como: pastagens, agricultura familiar e granjas. Do médio para o baixo curso, destaca-se a predominância do grande capital açucareiro com presença de menor intensidade da agricultura familiar.

A paisagem da área em questão apresenta potencial para o turismo alternativo. Porém, a mesma se encontra degradada pelas formas de uso e ocupação vigentes, que sendo ou não geridas pelo grande capital, são degradadoras. O turismo ecorrural vinculado à educação ambiental que ora se propõe, surge como uma possibilidade de minimizar a degradação e não como simples consequência de uma paisagem natural bonita. Assim, torna-se necessário o conhecimento integrado do meio natural, tanto para planejamento, quanto para conhecimento do próprio visitante.

Para um melhor conhecimento da paisagem tanto para o planejamento, quanto para o visitante, destacar-se-á algumas das variáveis mais relevantes, a exemplo: geologia, geomorfologia, clima, vegetação e outros, como forma de dar elementos para a elaboração de propostas adequadas de uso turístico deste espaço.

Devido à importância da geologia para o planejamento turístico, percebeu-se a necessidade de levantar alguns dados em campo. Ladeira e Santos (2006) discutiram que o conhecimento da geologia de um determinado local contribui para o planejamento turístico, pois existem rochas mais suscetíveis ao intemperismo, além de que o conhecimento da formação geológica torna a visita ao lugar mais interessante e enriquecedora. Conti (1997) considera as características litológicas e geomorfológicas como atrativos turísticos, que quando conhecidos, proporcionam mais integração e fascínio do visitante ao ambiente.

De acordo com Brito (2001), a área estudada está inserida na Bacia Sedimentar do Paraná, que possui grandes derrames de lavas vulcânicas, do Grupo São Bento. Estes derramamentos datam do período cretáceo superior e podem ser encontrados especificamente na Formação Serra Geral. Estas intrusões atingem espessuras de até 1500 metros e são recobertas por sedimentos mais recentes do Grupo Bauru, que correspondem à Formação Marília e Formação Adamantina, datadas do período terciário.

Para efeito deste estudo, definiu-se como alto curso do Ribeirão São Vicente, a área correspondente à ocorrência da Formação Marília, que no caso desta bacia, encontram-se entre as cotas de 739m e cerca de 650m. Por sua vez, o médio curso corresponde às áreas de ocorrência da Formação Adamantina, entre as cotas de 650m e 550m e o baixo curso corresponde às áreas mais planas, próximas à desembocadura do Ribeirão no Rio da Prata, com altitudes médias entre 550m e 450 m.

De acordo com a Carta Geológica Goiânia Folha: SE.22, desenvolvida pelo Ministério de Minas e Energias por meio do Projeto RADAMBRASIL (1983), as nascentes do Ribeirão São Vicente, se encontram na Formação Marília, do Grupo Bauru, sendo:

[...] composta por arenitos finos a grosseiros, predominantemente mal selecionados, vermelhos, róseos e esbranquiçados; arenitos argilosos, argilitos, siltitos, lamitos, conglomerados polimíticos comumente desagregados e brechas conglomeráticas. Subordinadamente aparecem níveis lenticulares e concreções de calcário e *chert*. As rochas desta unidade aparecem comumente limonitizadas e em pacotes maciços, com estratificações cruzadas de pequeno a médio porte (RADAMBRASIL, 1983, f. SE. 22).

No médio curso do Ribeirão São Vicente, as rochas da Formação Adamantina:

[...] são recobertas por arenitos finos a muito finos, cremes, cinza-pardo e cinza esverdeado, silitos e argilitos creme-arroxeados, apresentando estratificações plano-paralela e cruzada de pequeno a médio porte, com níveis conglomeráticos e carbonáticos. A desagregação dessas rochas formam extensos e espessos areiões (RADAMBRASIL, 1983, f. SE.22).

Em toda a extensão da bacia, em especial em seu baixo curso, observou-se em campo que as rochas basálticas da Formação Serra Geral, do Grupo São Bento, sustentam as rochas sedimentares da Formação Adamantina e Formação Marília, do Grupo Bauru. Estas últimas são mais suscetíveis à erosão.

Outra variável importante na composição natural da BHRSV é a geomorfologia que para Pereira (2011) é uma área da Geografia que possui em si, um caráter transdisciplinar, uma vez que possibilita a análise por meio da junção dialética das relações entre a sociedade e natureza. Além disso, a geomorfologia possibilita uma adequada análise da paisagem, uma vez que o relevo dá resposta às formas de uso e ocupação dos solos.

Atividades de lazer são fortemente influenciadas por esta variável fundamental da composição cênica da BHRSV: a geomorfologia. Foi possível detectar, em campo, formas de relevo que podem de fato contribuir para a implantação de atividades de educação ambiental e turismo ecorrural, pois a área estudada possui encostas escarpadas que podem servir de mirantes naturais (foto 2), para a contemplação e interpretação da paisagem.



Foto 2: Ituiutaba: Vista de fazenda com cultivo canavieiro e granjas, a partir de mirante natural à margem de estrada rural na Serra do Saltador, 2011.
Autor: FREITAS, B., 2011.

Marques (2007), ao escrever sobre a importância do relevo, lembrou que os aspectos geomorfológicos constituem os pisos sobre os quais se fixam as populações humanas e ali são desenvolvidas suas atividades produtivas, derivando daí, valores econômicos e sociais que lhes são atribuídos. Para este autor, o relevo possui características e processos que oferecem para a sociedade, tipos de benefícios ou riscos dos mais variados, podendo originar-se da própria interação socioambiental ou da dinâmica da natureza local.

A classificação do relevo do Triângulo Mineiro, segundo Rocha et al (2001), se dá de acordo com suas unidades morfoestruturais, que são definidas pela compartimentação das unidades geomorfológicas, com base em suas características comuns. Este estudo mostra que a BHRSV localiza-se no Planalto Dissecado do Tijuco, que segundo Baccaro (1990 apud Rocha et al, 2001), apresenta relevo medianamente dissecado, com declividades que vão de 10% nas áreas mais suavizadas e de topos planos, até 30% nas áreas mais dissecadas.

Ainda de acordo com os autores citados, este planalto está inserido basicamente na bacia hidrográfica do Rio Tijuco e apresenta índices de dissecção relativamente baixos, com incisão dos vales entre 20 e 40m e, ocasionalmente, podendo atingir até 80m. Os intervalos interfluviais oscilam entre 750 e 3.750m e a altimetria dessa unidade morfoestrutural, pode variar entre 500 e 800 m. Assim, estas características apresentadas podem ser observadas na BHRSV e estão presentes na figura 3.

Para efeito deste estudo, definiu-se como alto curso do Ribeirão São Vicente, a área correspondente à ocorrência da Formação Marília, que no caso desta bacia, encontram-se entre as cotas de 739m e cerca de 650m. Por sua vez, o médio curso corresponde às áreas de ocorrência da Formação Adamantina, entre as cotas de 650m e 550m e, por fim, o baixo curso corresponde às áreas mais planas, próximas à desembocadura do Ribeirão no Rio da Prata, com altitudes médias entre 550 e 450 m.

Para descrever adequadamente o processo de formação do relevo, devem-se levar em consideração inúmeros fatores: precipitação, temperatura, a drenagem, dentre outros. Neste sentido, a variação topográfica origina-se de distintos processos de gênese, pois o Planalto Dissecado do Tijuco desenvolveu-se sob a ação de diversos tipos climáticos e, atualmente, sofre a ação de um padrão climático quente e semiúmido que acelera os processos erosivos.

Na atualidade, a BHRSV está situada em uma área de clima quente e úmido, acelerando assim os processos erosivos que resultam nas formas do relevo. As áreas compostas por arenitos são mais suscetíveis à erosão, pois o clima contribui para a formação do modelado.

Para explicar de forma mais detalhada o relevo da BHRSV, foram elaborados três perfis topomorfogeológicos, nos quais é possível observar a variação topográfica da área estudada. A figura 4 se refere às nascentes do Ribeirão São Vicente, sendo as áreas mais elevadas da BHRSV. Apresenta cotas altimétricas em torno de 700 a 714 metros. Por sua vez, as áreas mais baixas referem-se ao leito do Ribeirão São Vicente, que ao longo do tempo foi sendo entalhado e o material sedimentar sendo retirado, não conseguindo, entretanto, atingir a litologia vulcânica.

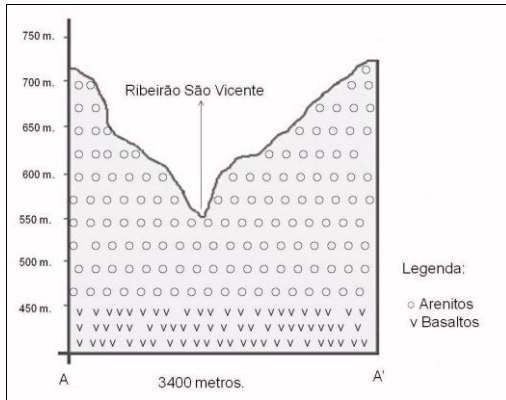


Figura 4: Ituiutaba: Perfil topomorfogeológico dos pontos A _____ A', 2012. Fonte: IBGE, 1973. Org.: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

A figura 5 se refere ao médio curso do Ribeirão São Vicente, que apresenta relevos com altimetria mediana tendo com referência a própria BHRSV. Suas cotas altimétricas estão em torno de 600 a 700 metros, sendo as áreas mais baixas o leito do Ribeirão São Vicente, que estão em torno de 520 metros. Este trecho apresenta maior declividade em relação ao perfil apresentado anteriormente.

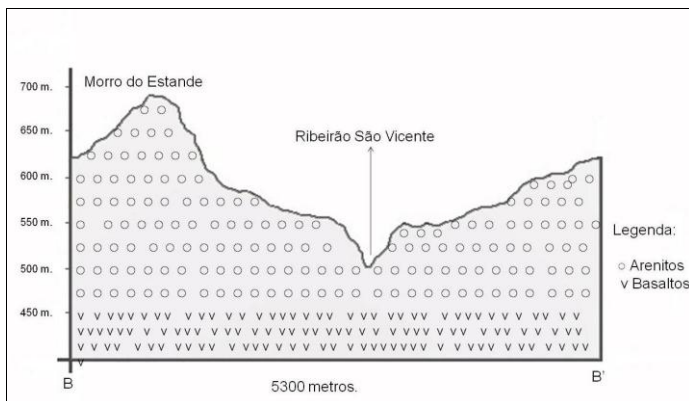


Figura 5: Ituiutaba: Perfil topomorfogeológico dos pontos B_____B', 2012. Fonte: IBGE, 1973. Org.: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

A figura 6 se refere ao baixo curso do Ribeirão São Vicente, que apresenta cotas altimétricas em torno de 550 a 630 metros, sendo as áreas mais baixas referentes às do leito do Ribeirão São Vicente. O aspecto do modelado e o material que vem sendo erodido pelas drenagens evidenciam o trabalho de dissecação realizado pelos cursos d'água, erodindo e transportando os sedimentos formados durante o Cretáceo (Formações Adamantina e Marília).

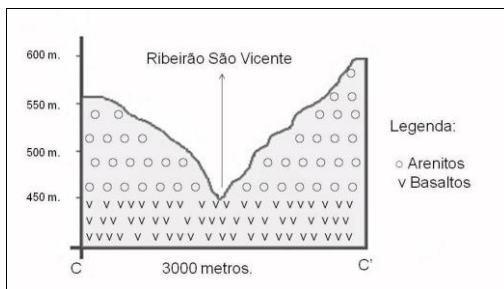


Figura 6: Ituiutaba: Perfil topomorfogeológico dos pontos C_____C', 2012. Fonte: IBGE, 1973. Org.: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

Além da análise do material cartográfico, percebeu-se em campo que em toda a extensão da bacia, em especial em seu baixo curso, as rochas basálticas da Formação Serra Geral, do Grupo São Bento sustentam as rochas sedimentares da Formação Adamantina e Formação Marília, do Grupo Bauru. Estas últimas são mais suscetíveis à erosão ocasionando os processos evolutivos visualizados nas figuras 4, 5 e 6.

Nas áreas compostas por arenitos (que são mais suscetíveis à erosão) observou-se em campo que o clima contribui para a formação do relevo. Ocasionalmente as chuvas de verão são torrenciais, o que gera fluxos de enxurrada bastante volumosos e fortes, alterando significativamente as áreas expostas em relativamente curto espaço de tempo. Este fenômeno é mais facilmente notado nas áreas onde a vegetação nativa foi alterada (ou removida) para ceder espaço para os plantios e as criações.

Os canais de drenagem se caracterizam por serem bem encaixados ao longo das vertentes, cujas formas são convexas, o que mostra como a ação do intemperismo químico predominante na região, associados a outros fatores como: clima e o próprio fluxo da rede de drenagem, foi ao longo do tempo, entalhando o

relevo e retirando material litológico, que foi sendo depositado nos canais de drenagem e sendo transportado pela própria drenagem.

A variação topográfica origina-se de distintos processos de gênese, pois o Planalto Dissecado do Tijuco desenvolveu-se sob a ação de diversos tipos climáticos e, atualmente, sofre a ação de um padrão climático quente e semiúmido que acelera os processos erosivos.

Do ponto de vista geomorfológico, a BHRSV possui características bem distinguíveis, na foto 3, vê-se que há na área investigada, trechos de topografia muito suave que contrastam com a ocorrência ocasional de rochas mais resistentes ao intemperismo tropical. Vez por outra, a erosão diferencial produz formações isoladas, conhecidas como morros residuais.



Foto 3: Ituiutaba: Aspectos geomorfológicos da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente, 2012. Autor: FREITAS, B., 2012.

A rede de drenagem da BHRSV se dá de forma dendrítica (figura 7), que de acordo com Christofolleti (1980), consiste em canais que se bifurcam e se confluem de maneira aleatória.

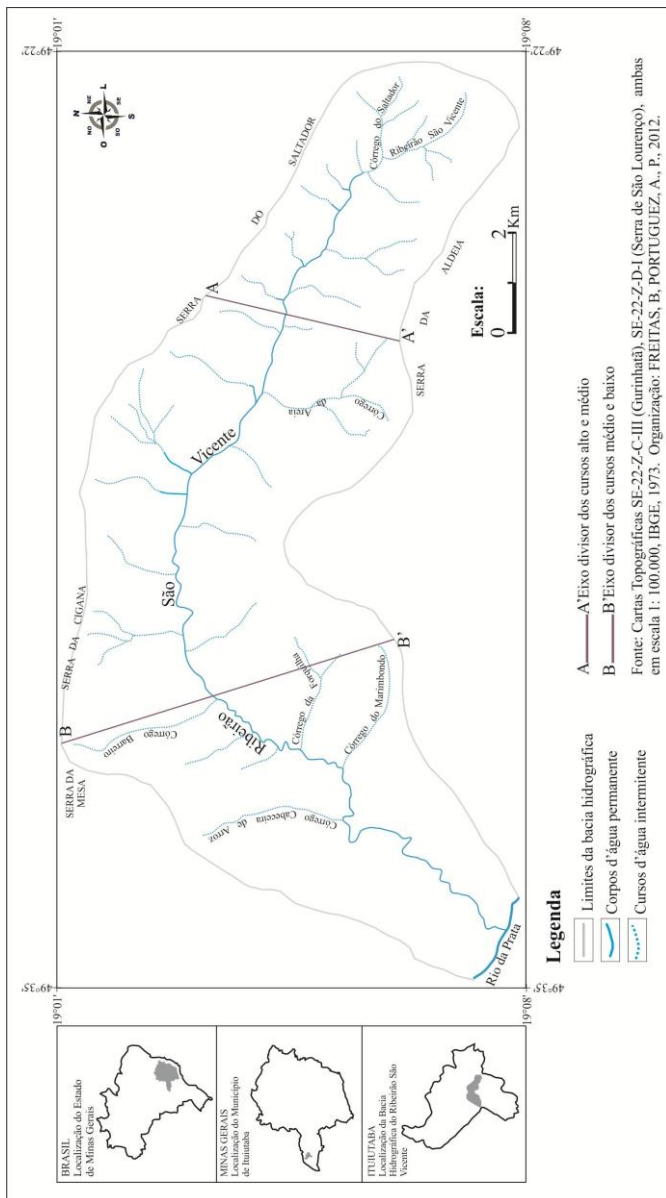


Figura 7: Ituiutaba: Rede de drenagem da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente, 2012. Fonte: Cartas topográficas: SE-22-Z-C-III (Gurinhata), SE-22-Z-D-I (Serra de São Lourenço); ambas em escala de 1:100.000. Editadas pelo IBGE, 1973. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

Percebe-se que a rede de drenagem da BHRSV se dá de forma dendrítica (figura 7) sendo que os cursos d'água correm paralelamente nos sentidos N-S ou S-N, ocasionando processos de desgaste simultâneos, de forma que o relevo vai sendo trabalhado desde os arenitos, que são mais susceptíveis ao intemperismo, podendo chegar até rochas mais resistentes. Os sedimentos são transportados das áreas elevadas e depositados no fundo dos vales e, posteriormente, são carreados pela drenagem, ocasionando a evolução das formas de relevo.

Ab'Saber (2003) tratou sobre a rede de drenagem superficial dos Cerrados que dentre suas características apresenta canais totalmente integrados apenas nos períodos chuvosos, pois parte da drenagem perene que alimenta as florestas de galeria nos períodos secos. Esta rede possui uma trama fina mal definida de caminhos d'água intermitentes (figura 7), que desaparecem temporariamente os canais de menor ordem de grandeza por ocasião do período seco do meio do ano.

O clima é outro aspecto ambiental importante para a compreensão da dinâmica dos espaços turísticos. Conti (1997) lembrou que o clima influi diretamente na composição de atrações turísticas e/ou recreativas, uma vez que pode estimular ou inibir as viagens. Nesta perspectiva, a BHRSV se enquadra nas características que o autor definiu como viabilizadoras para esta prática: latitude, altitude e outras, que podem produzir espaços favoráveis à instalação de atividades de lazer e turismo.

De acordo com Souza et al (2008), o clima é um dos principais agentes modificadores da paisagem, sendo responsável por importantes alterações na estrutura geomorfológica.

De acordo com estes autores, que utilizaram a classificação climática de Köppen em seus estudos, o clima típico de Ituiutaba é o Aw (megatérmico: tropical com verão chuvoso e inverno seco). A estação chuvosa é bem definida no período de outubro a abril e o período seco estende-se de maio a setembro.

Os mesmos autores apuraram que as temperaturas médias de Ituiutaba oscilam entre 14°C em junho e 31°C em dezembro. No período chuvoso, é bastante frequente a ocorrência de precipitações torrenciais, em geral nos finais de tarde. Entende-se que estas chuvas podem arrastar expressiva quantidade de sedimentos, sobretudo em áreas onde a vegetação nativa foi alterada, ou removida, para ceder espaço para os plantios e as criações.

Com base nos dados do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, do período de 1987 a 2009, Mendes e Queiroz (2011) fizeram um levantamento de dados climáticos para o município de Ituiutaba e concluíram que os índices pluviométricos se mantêm quase que constantes durante a estação chuvosa, permanecendo entre 250 e 270 mm.

Ainda segundo estes pesquisadores, entre os meses de abril e setembro, predominam temperaturas mais amenas e baixa umidade relativa do ar, com ocasionais pancadas de chuvas e pluviosidade média entre 200 e 250 mm.

Convém esclarecer que embora a antropização da bacia tenha reduzido drasticamente a cobertura vegetal nativa, ainda há importantes remanescentes que podem até ser mais preservados se forem tratados como um patrimônio social que integra à proteção dos bosques com o uso sustentável, por meio do turismo ecoturístico.

Ab'Saber (2003) afirmou que a vegetação dos Cerrados apresenta uma estrutura de paisagem de planaltos tropicais interiorizados dotados de solos lateríticos, sendo certamente a vegetação mais arcaica do país. Os chapadões recobertos por Cerrados, com mata de galeria ao longo dos cursos d'água, constituem dois tipos de ecossistemas representativos, com cerca de 1,7 a 1,9 milhão de km² de extensão.

Dentro da escala paisagística observável diretamente pelo homem, o domínio dos cerrados apresenta cerrados e cerradões predominantemente nos interflúvios e vertentes suaves dos diferentes tipos de planaltos regionais. Faixas de campos limpos e campestres sublinham as áreas de cristas quartzíticas e xistos aplainados e mal pedogenetizados dos bordos de chapadões onde nascem bacias de captação de pequenas torrentes dotadas de forte capacidade de dissecação (centro-sul de Goiás). Por sua vez, as florestas de galeria permanecem amarradas rigidamente ao fundo aluvial dos vales de porte médio a grande. Os sulcos das cabeceiras dendríticas das sub-bacias hidrográficas possuem apenas uma vegetação linear disposta linearmente, em sistema de frágil implantação. As florestas-galeria verdadeiramente às vezes ocupam apenas os diques marginais do centro das planícies de inundação, em forma de corredor contínuo de matas; outras vezes, quando o fundo aluvial é mais homogêneo e alongado, ocupam toda a calha aluvial, sob a forma de serpenteantes corredores florestais (AB' SABER, 2010, p.118).

Na foto 4 é possível visualizar a mata ciliar formada por trechos de vegetação nativa e secundária, que acompanham o Ribeirão São Vicente e muitos de seus afluentes desde as cabeceiras, até as áreas mais baixas.



Foto 4: Ituiutaba: Concentração de vegetação nativa nas escarpas e ao longo dos cursos d'água da bacia hidrográfica do Ribeirão São Vicente, 2011.
Fonte: PORTUGUEZ, A. P., 2011.

Na BHRSV encontram-se áreas de vegetação natural remanescentes, que se caracterizam por serem mais densas. Na maior parte da bacia são escassas as áreas com cobertura vegetal original. No entanto, nos trechos remanescentes é possível a prática do turismo ecoturístico vinculado à atividades de educação ambiental, pois os bosques de Cerrados, ainda podem servir para realização de trilhas ecológicas.

A vegetação predominante na BHRSV é do tipo Campo Cerrado (savana arbórea aberta), com a presença de espécies, característica deste tipo de unidade fitogeográfica: gramíneas, pequenas árvores e arbustos esparsos entre si. Em alguns trechos, formam-se matas mais fechadas, com árvores de médio porte, cujas copas não chegam a formar uma massa densa de folhagens, capazes de impedir a penetração da luz do sol. Isto faz com que no sub-bosque, haja uma importante e ainda pouco estudada diversidade vegetal.

Além deste padrão paisagístico, os Cerrados em específico a BHRSV, conta com a presença de veredas para este padrão. Ab' Saber (2003) explica que são áreas de vegetação que se estendem continuamente pelo setor aluvial central das planícies, deixando lugar para corredores herbáceos nos dois bordos de galeria florestal, que correspondem a casos que predominam sedimentos arenosos nos bordos das planícies de inundação. Assim, as veredas estão para os lados das matas de galeria no domínio de Cerrados.

Além da importância destes bosques para as atividades produtivas que se pretende incentivar, o turismo ecoturístico vem ganhando fôlego em áreas com vegetação nativa, sobretudo onde ainda é possível visualizar espécies animais em seus ambientes naturais. Durante as atividades de campo foi possível observar a existência de grande quantidade de pássaros, sobretudo seriemas (espécies diversas da família *Cariamidae*), tucanos (espécies diversas da família *Ramphastidae*) e periquitos (espécies diversas da família *Psittacidae*). Entre os mamíferos observados, destaca-se o tamanduá-mirim (família *Myrmecophagidae*). Observou-se ainda um amplo conjunto de roedores, anfíbios e répteis, sobretudo nas áreas mais próximas aos córregos.

As serras escarpadas sofreram a ação de processos de erosão diferencial que com o tempo, deram origem a morros residuais que emolduram a BHRSV. Estes morros são em sua maioria ainda recobertos por vegetação nativa, formadas por bosques remanescentes e vegetação secundária, nos quais há trilhas criadas para uso cotidiano propício para a prática de atividades de educação ambiental e turismo alternativo. Além disto, é interessante discutir acerca das atuais formas de uso e ocupação do espaço na área, temática discutida no próximo capítulo.

3 PANORAMA SOCIOPRODUTIVO

Os impactos do uso da terra sobre a cobertura vegetal de Ituiutaba foram estudados por Rezende e Rosendo (2009), que trabalharam com três cenários temporais distintos (1987, 1997 e 2007) para mostrar os ritmos da profunda transformação sofrida por Ituiutaba no período delimitado para sua investigação.

De acordo com as autoras, no meio rural de Ituiutaba predominam atividades relacionadas ao agronegócio canavieiro e à pecuária extensiva, com ampla utilização do espaço, o que resultou na redução das áreas de vegetação natural, ocasionando a degradação de inúmeros recursos ali existentes. Trabalhos de campo realizados para a elaboração desta pesquisa comprovaram que, em 2012, estas atividades ainda dominam na área estudada.

Segundo Rezende e Rosendo (2009), as pastagens ocupam o maior percentual de áreas em todos os períodos analisados, de forma que a vegetação nativa ocasionalmente reduziu-se ou expandiu-se, de acordo com o contexto político-legislativo de cada período. Em 1987, as áreas de vegetação nativa ocupavam 18,81 %, e este valor foi reduzido para 12,44% em 1997. Esta redução se deveu à expansão da pecuária, que requeria cada vez mais áreas para a expansão das pastagens, assim como algumas atividades agrícolas.

Com a criação de novas leis de proteção da natureza, este percentual voltou a se elevar, de forma que em 2007, a cobertura de matas nativas chegou ao patamar de 18,92% do território municipal.

Neste sentido, a recuperação destas áreas naturais deveu-se principalmente à publicação de novas normas jurídicas, como por exemplo, a Medida Provisória nº. 2.166-67 de 24 de agosto de 2001, que alterou diversos artigos da Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, que instituiu o Código Florestal Brasileiro. Para Rezende e Rosendo (2009), a manutenção das Áreas de Preservação Permanente (APP) passou a ser uma realidade mais concreta no meio rural por elas investigado.

De acordo com Freitas e Portuguesez (2011a), ao longo do processo de ocupação da zona rural do município de Ituiutaba, a BHRSV foi gradativamente apropriada para instalação de atividades agropecuárias de caráter extensivo, o que resultou em grande perda das áreas de vegetação natural (Figura 8). Atualmente, estas mesmas atividades (granjas, pastagens e cultivo de cana-de-açúcar) se fazem presentes na paisagem de forma dominante, demandando recursos naturais e novos espaços para ampliação da produção, o que resulta no agravamento da degradação ambiental.

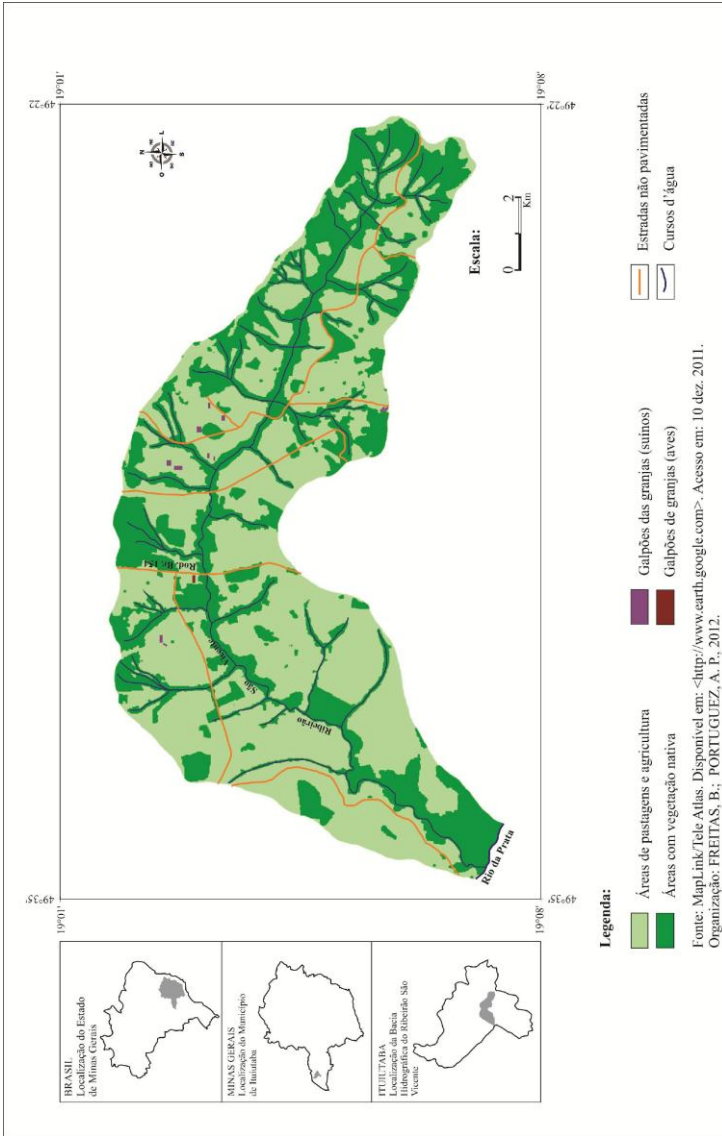


Figura 8: Ituiutaba: Antropização da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente, 2012. Fonte: MapLink/Tele Atlas. Disponível em: <http://www.earth.google.com>. Acesso em: 10 dez. 2011. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

Como se pode observar na Figura 8 a exploração extensiva reduziu drasticamente as áreas nativas de Cerrado. Os fragmentos remanescentes se encontram em estágios distintos de perturbação, de acordo com o tipo e a intensidade do uso da terra. Na figura fica nítida a predominância das áreas que foram antropizadas pela agricultura e pela pecuária. O plantio de cana-de-açúcar se localiza, em geral, nas áreas mais planas e, por sua vez, as pastagens ocupam as áreas com maior declividade.

Além disto, a figura mostra que o alto curso do Ribeirão São Vicente é a área que apresenta a maior concentração de vegetação nativa, enquanto no baixo curso, as matas ciliares e o Cerrado cederam espaço aos grandes plantios canavieiros. A BHRSV possui de fato funcionalidades relacionadas ao seu conteúdo de ruralidade, com três atividades produtivas bastante destacadas e muito bem territorializadas:

- a) A bovinocultura extensiva é a atividade produtiva mais marcante da economia local, ocorrendo em toda a extensão da bacia, em especial entre o alto e o médio curso.
- b) No médio curso, destaca-se ainda a presença das granjas de suinocultura, que são bastante tecnificadas, com criações confinadas e destinadas à produção industrial.
- c) Entre o médio e o baixo curso do São Vicente, onde a topografia é mais suave, ocorre o cultivo intensivo da cana-de-açúcar.

A grosso modo, percebeu-se que uma grande parte da área estudada está inserida em um modelo de modernização agroprodutiva que atende às demandas do grande capital (agronegócio). Este modelo provoca considerável degradação

ambiental, em detrimento de inúmeros empreendimentos que a escala produtiva é mais restrita e até casos de agricultura familiar destinada para o próprio consumo.

Há uma nítida ruptura na paisagem, de forma que as áreas localizadas do médio para o alto curso apresentam uma dinâmica agrícola bem destoante das paisagens localizadas entre o médio e o baixo curso. Freitas e Portuguez (2011b) constataram que a concentração da agricultura familiar nas áreas próximas às nascentes se deve em grande parte às características geomorfológicas da bacia, pois o relevo mais escarpado, embora não seja em si um obstáculo, é considerado um fator dificultador da mecanização agrícola. Soma-se a isto, o fato de as estradas rurais serem muito precárias entre o médio e alto curso, o que notadamente tem contribuído para uma menor densificação técnica da agricultura local.

O grande capital cria formas de controle sobre o mercado e, ao atingir a agricultura, faz com que a mesma tenda a desenvolver um modelo de modernização, que atende às demandas de consumo orientadas pela economia global (SANTOS, 2011). Este processo produtivo ocorre no município de Ituiutaba, que foi incorporado à lógica desta forma de acumulação, relativamente há pouco tempo e a BHRSV é uma das áreas do município que representa bem este fenômeno.

Sendo assim, estudar as formas de uso produtivo do espaço em escala local, é uma maneira de entender a territorialização do agronegócio não só na bacia, mas também no Pontal do Triângulo Mineiro, pois como se verá adiante, a BHRSV reflete localmente, o que vem ocorrendo em âmbito regional.

Para compreender o padrão de uso da terra na BHRSV é importante contextualizar historicamente as atividades produtivas ali existentes em uma escala mais ampla, pois a apropriação do espaço pelo grande capital agropecuário é um fenômeno regional e, nesta perspectiva, a BHRSV representa a manifestação local de um fenômeno comum a boa parte do Cerrado mineiro.

A presença da bovinocultura extensiva (foto 5), da suinocultura confinada (foto 6) e da agroindústria sucroalcooleira (foto 7), respondem historicamente a interesses que contracenaram no cenário regional e produziram localmente uma dinâmica muito interessante de (des)organização do espaço geográfico.



Foto 5: Ituiutaba: Pastagens presentes no alto curso do São Vicente, 2011.

Fonte: PORTUGUEZ, A. P., 2011.



Foto 6: Ituiutaba: Granjas de suinocultura no médio curso da bacia, 2011.
Fonte: PORTUGUEZ, A. P., 2011.



Foto 7: Ituiutaba: Canaviais no baixo curso do Ribeirão São Vicente, 2011.
Fonte: PORTUGUEZ, A. P., 2011.

Resultou deste processo, não só um quantitativo reduzido de pequenas propriedades agrícolas na área de estudo, mas, sobretudo, um panorama de degradação ambiental que não pode mais ser revertido. Pode, porém, ser mitigado por meio da incorporação de atividades mais sustentáveis, capazes de manter a integridade da cobertura vegetal ainda remanescente na bacia (FREITAS; PORTUGUEZ, 2010). Passa-se, então, a caracterizar estas grandes atividades produtivas e observar seu papel na atual composição do arranjo espacial da BHRSV.

A AGROPECUÁRIA MECANIZADA

Foi detectada a presença da atividade granjeira (suinocultura intensiva) e de acordo com Cleps Júnior e Pelegrini (2000), esta atividade se intensificou a partir dos incentivos subsidiados pelo Poder Público. No último quartel do século XX, a empresa Rezende Alimentos/Sadia, que se localiza no município de Uberlândia-MG (principal centro populacional e econômico no cenário regional), iniciou a sua expansão no território do Triângulo Mineiro.

Para atender suas necessidades de matéria-prima esta empresa passou a incentivar os produtores de seu entorno a criarem rebanhos confinados para alimentar sua linha de produção. Explica-se assim, a instalação de granjas de suinocultura intensiva no município de Ituiutaba, pois o mesmo dista 140 km de Uberlândia.

De acordo com Freitas e Portuguez (2011b), a formação desta cadeia produtiva composta pela indústria e seus fornecedores (empreendedores rurais) contribuiu para o crescimento da produção de carnes (em especial de suínos) no município. Uma característica marcante deste modelo produtivo

é a sua especialização que se expressa pela divisão do trabalho (CLEPS JÚNIOR; PELEGRINI, 2000).

Tal organização do trabalho fez com que os proprietários rurais se especializassem em função das exigências do mercado, o que gerou a necessidade de vultosos investimentos. Portanto, o grande capital industrial, apesar de incorporar novas técnicas baseadas na modernização da cadeia produtiva, não conseguiu respeitar todos os interesses dos pecuaristas.

De acordo com Freitas e Portuguese (2011b), a pecuária regional desenvolveu-se tecnicamente a partir de um projeto da Rezende Alimentos/Sadia com os suinocultores, com o objetivo de manter suas produções em um padrão mínimo de qualidade, segurança e produtividade. Este modelo de produção integrada privilegiou as grandes empresas rurais, pois geralmente estes galpões são construídos com os recursos dos próprios produtores. Pequenos proprietários encontram dificuldades em se inserirem nesta esfera de negócios, dada as limitações nas linhas de crédito, o que caracteriza a face excludente da atual política agrária regional.

Além da presença das atividades relacionadas à suinocultura intensiva, foi observado em campo que o plantio de cana-de-açúcar (espécies diversas do gênero *Saccharum*) se localiza, em geral, nas áreas mais planas do baixo e do médio curso do Ribeirão São Vicente.

Ao apresentarem um panorama do setor agrícola brasileiro em tempos recentes, Cleps Júnior e Pelegrini (2000) contribuíram para explicar as atuais formas de uso e ocupação do solo no Cerrado mineiro, que vem passando por grande processo de modernização em função dos interesses do capital hegemônico, que destina a maior parte da produção para exportação:

No caso do Cerrado, para solidificar a agricultura moderna, o Estado teve participação ativa por meio de incentivos fiscais, crédito agrícola, subsídios à exportação e investimentos em infraestruturas, como eletrificação rural, implantação de sistemas de beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas e construção de rodovias pavimentadas e não pavimentadas. (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 199-200).

O Cerrado se destacou economicamente, servindo de palco para a produção de diversos tipos de monoculturas, sobretudo: a soja, o milho e a cana-de-açúcar. A produção desta última chegou de forma expressiva no Triângulo Mineiro e um dos fatores que contribuiu para o avanço do cultivo canavieiro foi a implantação de grandes projetos agropecuários, como o PROÁLCOOL³, por exemplo, que foi criado para atender às demandas de bicomustíveis dos mercados nacional e internacional. Outras duas iniciativas do Governo Federal também merecem destaque:

A implantação de agroindústrias no Triângulo Mineiro tem uma relação direta com a expansão agrícola sobre as áreas de Cerrados, que se inicia com os programas de incentivos: POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados⁴ e PRODECER-

³ Programa Nacional do Álcool. Criado em 14 de novembro de 1975 pelo decreto n° 76.593, com o objetivo de estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos.

⁴ Este programa foi criado em 1975 com o objetivo de desenvolver e modernizar as atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e oeste do estado de Minas Gerais por meio de uma ocupação racional dos Cerrados e

Programa de Cooperação Nipo- Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados⁵; cujos resultados efetivos foram principalmente a adaptação de novos cultivos e investimentos em infraestrutura (estradas, energia, silos, armazéns, etc.). Com as novas possibilidades dadas pelos avanços tecnológicos e conquistas da agropecuária brasileira, a região dos cerrados conheceu uma grande diversificação de atividades, incluindo o incremento de grandes cultivos de milho e soja. (CLEPS JR; PELEGRINI, 2000, p. 32).

A atividade canvieira no município de Ituiutaba vem se expandindo de forma muito expressiva, mudando a paisagem agrária tijuicana⁶ de forma bastante acentuada. Conforme dados disponibilizados pelo IBGE referentes às lavouras temporárias (tabela 1), no ano de 2004 a área ocupada pelo plantio de cana-de-açúcar representava 6 mil hectares, ao passo que em 2009 essa área cresceu para 25 mil hectares, correspondendo a um aumento de 416%.

seu aproveitamento em escala empresarial. Resultou, na realidade, em grande estímulo à média e à grande agricultura empresarial (PEDROSO, 2005).

⁵ Este é o mais antigo programa governamental para a área agrícola do Brasil Central, criado na década de 1970 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com o objetivo de implantar um modelo agrícola eficiente, através de empreendimentos de médio porte. Disponível em <http://www.abrasil.gov.br/nivel3/index.asp?id=164&cod=CREND>. Acesso em: 16 ago. 2011.

⁶ Referente ao município de Ituiutaba.

Tabela 1: Ituiutaba: Avanço canavieiro no município, 2004-2009.

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Área Plantada (Hectares)	6000	6700	7200	8100	18700	25000
Produção (Toneladas)	450.000	502.500	720.000	688.500	1.589.500	2.125.000

Fonte: IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 16 ago. 2011.
Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2011.

Em outras palavras, a cana-de-açúcar tem possibilitado um grande avanço econômico para o município de Ituiutaba, com elevados índices de produtividade registrados, sobretudo, após 2007. Em contrapartida, vem alterando de forma muito significativa a configuração de seu meio rural, conforme visualizado no depoimento de um morador:

Aqui mudou muito, os vizinhos saiu, o veneno do avião seca os pastos, atrapalhando na alimentação do gado, e atrapalhando até nos pomar e nas próprias plantas de jardinagem (as samambaias). Só algumas estrada melhorou, mais a usina estraga as cerca com os maquinários que passam em cima de tudo, fazendo com que o gado saia. Eles ainda reclamam do gado entrar nas cana deles, por causa das cercas que eles mesmos derrubaram. Aí tem que falar com o chefe e nunca resolve. E também aumentou as cobras por causa da cana, matando 3 vacas, 1 cavalo e um cachorro que foi ofendido de cobra. Por isso to pensando até em arrendar também, por causa que fiquei sozinha, aqui nesse meio de cana (Murici, 2012).

Além das atividades relacionadas aos plantios canavieiros e a suinocultura confinada, destaca-se a bovinocultura que passou a ter produção mais expressiva, a

partir da década de 1970. A ocupação da BHRSV está vinculada às lógicas de ocupação do interior do município, que representa bem o período de expansão populacional e produtiva do Triângulo Mineiro e do Brasil Central nas décadas de 1970 e 1980.

Com base no panorama encontrado referente às atividades realizadas com alto padrão tecnológico na área de estudo, percebeu-se que estes processos produtivos bem como as fazendas onde ocorrem, não são interessantes para a prática do turismo ecorrural, se levado em consideração os pressupostos desta atividade que apregoa a visitação em espaços de baixa concentração técnica, compromisso com a conservação ambiental e valorização da cultura regional.

Assim, estas fazendas seriam interessantes para práticas de visitas técnico/profissionais realizadas por representantes de grandes empresas e/ou produtores agroindustriais, ou mesmo para fins de estudos, uma vez que estas unidades produtivas que não apresentam aderência ao modelo de uso turístico aqui proposto. Deve-se dizer que, contraditoriamente, ainda é possível observar na BHRSV, sobretudo em seu alto curso, alguns estabelecimentos agropecuários onde a forma de produção é do tipo familiar de baixa tecnificação.

Em outras palavras, embora o grande capital tenha estendido seus tentáculos até a bacia, há resquícios de uma forma mais tradicional de produção, que assegura a subsistência de muitas famílias de agricultores nestas propriedades há de fato possibilidades do turismo ecorrural.

A AGROPECUÁRIA DE BAIXA TECNIFICAÇÃO

No presente estudo investigou-se o total de propriedades dedicadas a cada tipo de produção agrícola nos três setores da

BHRSV (tabela 2). Convém informar que estes dados se referem ao número de propriedades nas quais se cultivam os produtos detectados, de forma que uma mesma propriedade pode possuir mais de um cultivo, o que, aliás, constitui regra.

Tabela 2: Ituiutaba: Principais produtos agrícolas da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente, 2012.

Área Pesquisada	Mandioca	Milho	Cana-de-açúcar	Sorgo	Feijão	Arroz	Abóbora	Hortaliças	Frutas	Não Produz
Alto Curso	9	6	1	-	2	-	1	-	2	2
Médio Curso	19	22	8	2	2	2	5	10	2	8
Baixo Curso	2	2	3	2	-	-	-	1	0	2
Total	40	30	12	4	4	2	6	11	4	12

Fonte: Dados da coleta de campo. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

A tabela 2 mostra ainda, que não há produção agrícola em 12 empreendimentos. Isto não quer dizer que estas terras são improdutivas. Trata-se de empreendimentos que se dedicam à pecuária extensiva de gado ou ainda à criação intensiva de suínos.

A mandioca (do gênero *Manihot*) é um tubérculo consumido em todo o Brasil e faz parte da própria identidade cultural nacional, é produzida em todo o país, tanto por ser importante para a alimentação do povo brasileiro, quanto pelo fato de ser um cultivo de fácil trato, além de poder ser intercalado com outras categorias de lavouras. Embora seja um alimento de fácil aceitação no mercado de Ituiutaba, constatou-se apenas um empreendimento que pratica este cultivo de forma comercial.

A produção deste cultivo na área de estudo é interessante para o desenvolvimento das atividades vinculadas ao turismo ecorrural, por meio do incentivo a produção de farinha, polvilho, biscoitos, bolo de mandioca, dentre outros produtos que poderiam representar uma forma de agregação de renda para as famílias produtoras.

De acordo com Freitas e Portuguez (2012a), o milho (espécies diversas da Família *Poaceae*) é cultivado em sistema comercial semi-intensivo e extensivo. É um dos cultivos do agronegócio mais importantes do Brasil e na BHRSV assume papel importante para a alimentação das famílias e do gado. Não chega a ser um cultivo expressivo como é o caso da cana-de-açúcar, mas está presente na pauta de produção de 30 das fazendas visitadas.

Assim como a mandioca, o milho também é ingrediente básico para a produção de bolo, pamonha, farinha, artesanato (de palha) e outros. É, portanto, um cultivo interessante para a agregação de renda caso os produtores implantem atividades turísticas em seus empreendimentos.

O sorgo (espécies diversas do gênero *Sorghum*) é um cereal produzido e consumido em muitos países do mundo, no Brasil, integra as áreas de cultivo do agronegócio (grande capital). Entretanto, seu cultivo é bem tímido na área estudada, fazendo-se presente apenas em 4 empreendimentos rurais localizados entre o médio e o baixo cursos. Em relação ao turismo ecorrural seria interessante apresentar aos produtores a possibilidade da utilização dos pendões do sorgo na produção de peças artesanais.

A tabela 2 e as fotos 8 e 9 mostram ainda que no médio curso há produção representativa de abóboras (espécies diversas do gênero *Cucurbita*) e hortaliças (folhagens comestíveis diversas). Estes produtos são importantes para a alimentação das famílias produtoras e em alguns casos, há comercialização ocasional do excedente.



Foto 8: Ituiutaba: Plantio de hortaliças na bacia com destinação à comercialização do excedente, 2012.
Autor: FREITAS, B., 2012.



Foto 9: Ituiutaba: Plantio de hortaliças destinadas ao consumo, presentes na área de estudo, 2012.
Autor: FREITAS, B., 2012.

Portuguez (1998), ao estudar o agroturismo na região serrana do estado do Espírito Santo, concluiu que as hortaliças e as frutas são fatores de grande atratividade para propriedades rurais de caráter turístico, pois muitos moradores das cidades preferem adquirir produtos alimentícios diretamente com os produtores, caso o cultivo se dê de forma orgânica, ou seja, sem o uso de produtos químicos. O turismo ecorrural poderia ser um fator de potencialização da produção de alimentos nas propriedades interessadas na implantação desta prática.

O arroz (espécies diversas do gênero *Oriza*) e feijão (espécies diversas do gênero *Phaseolus*), assim como a mandioca, são elementos essenciais da dieta básica do povo

brasileiro e fazem parte do cálculo do valor da cesta básica em todo o país. Por este motivo, a presença destes cultivos de forma tão tímida na BHRSV chama a atenção no sentido de ser produtos que podem ser comercializados diretamente com o consumidor, caso o turismo ecorrural seja implantado.

Em relação à produção animal de baixa tecnificação e de seus subprodutos (carnes, queijos, ovo e outros) constatou-se em campo que os gestores ou proprietários comercializam o excedente da produção como forma de agregar renda em seus empreendimentos (tabela 3).

Tabela 3: Ituiutaba: Criação animal e/ou de seus produtos destinada ao consumo humano na área de estudo, 2012.

Área Pesquisada	Sim, Comercialização	%	Sim, Próprio Consumo	%	Não	%	Total
Alto Curso	5	41,6	7	58,4	-	-	12
Médio Curso	31	75,6	9	22	1	2,4	41
Baixo Curso	6	75	2	25	-	-	8
Total	42	68,9	18	29,5	1	1,6	61

Fonte: Dados da coleta de campo. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

O contraste referente à comercialização destes produtos entre o alto, o médio e o baixo curso é consequência das condições desiguais de acessibilidade por meio das estradas rurais que dão acesso à cidade. No alto curso as estradas são precárias, com trechos íngremes e inseguras. Caso haja de fato interesse em implantação do turismo ecorrural por parte dos produtores, a municipalidade deverá se comprometer com uma maior atenção à trafegabilidade deste setor da bacia.

Na BHRSV constataram-se duas formas distintas de se retirar o leite. A primeira pode ser visualizada na foto 10, na qual o leite é retirado manualmente. Por sua vez, a foto 11 apresenta um empreendimento no qual o leite é retirado com ordenhadeiras, sendo facilitada e dinamizada a produção e comercialização (FREITAS; PORTUGUEZ, 2012b).



Foto 10: Ituiutaba: Atividade leiteira realizada de forma manual, 2012.
Autor: FREITAS, B., 2012.

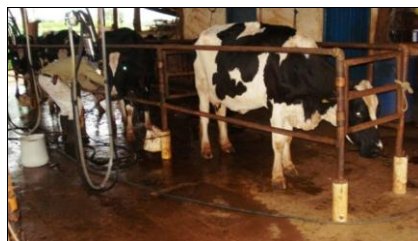


Foto 11: Ituiutaba: Atividade leiteira realizada por ordenhadeiras, 2012.
Autor: FREITAS, B., 2012.

Percebeu-se que as dificuldades financeiras de algumas famílias que criam animais de forma menos tecnicizada se refletem na aceitação do leite pelos laticínios regionais, pois a ordenha manual desqualifica o produto diante de certos parâmetros de higiene exigidos pelas indústrias.

Desta forma, os produtores criam meios alternativos de comercialização de seus produtos, como é o caso da venda direta aos consumidores na cidade, alegam que podem vender o leite a um valor um pouco mais elevado do que o que seria pago pelos laticínios. A Tabela 4 apresenta dados inerentes aos empreendimentos que possuem produção leiteira.

Tabela 4: Ituiutaba: Produção leiteira na bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente (em litros por dia), 2012.

Área Pesquisada	De 01 a 25 l.	De 26 a 50 l.	De 51 a 100 l.	De 101 a 150 l.	De 151 a 200 l.	De 201 a 250 l.	400 l.	1600 l.
Alto Curso	8	-	2	-	-	-	-	-
Médio Curso	8	7	6	3	3	1	1	1
Baixo Curso	2	1	3	-	1	-	-	-
Total	18	8	11	3	4	1	1	1

Fonte: Dados da coleta de campo. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

Outra forma alternativa para a comercialização do leite diretamente nos laticínios foi possível ser notada em alguns empreendimentos, cuja produção média é de 30 a 35 litros/dia, estes fazendeiros criaram associações entre os vizinhos para adquirirem tanques de refrigeração e, assim, juntarem a produção para alcançarem os 100 litros/dia exigidos para o recolhimento deste produto pelos laticínios.

Em alguns casos, onde a produção é baixa e não ocorre esta associação, os empreendedores optaram por comercializar o leite *in natura* e /ou subprodutos do leite (queijo e requeijão) diretamente na cidade, embora com produção reduzida devido ao fato de parte do leite ser consumido no próprio empreendimento. Entretanto, em alguns casos esta a produção se dá de forma inadequada, pois em campo verificou-se a presença de porcos, (foto 12), no mesmo local onde o queijo é curtido.



Foto 12: Ituiutaba: Produção de subprodutos do leite e presença inadequada de animais no ambiente de trabalho, 2012.

Autor: FREITAS, B., 2012.

Os modos produtivos relacionados à produção leiteira e de seus subprodutos presentes no cenário da pesquisa chamam a atenção para a realização de possíveis atividades vinculadas ao turismo ecorrural. A produção de leite é uma âncora para a comercialização de vários produtos rurais (queijo, requeijão, doce de leite e outros), assim, a sistematização e diversificação da produção já existente surgem enquanto um atrativo ao visitante, uma vez que o lazer rural também é influenciado pela ótica do consumo, porém é necessário capacitação, noções básicas de higiene, por parte dos produtores.

A única granja de avicultura encontrada (foto 13) foi arrendada por sócios interessados na produção avícola e na bovinocultura. O trabalho é familiar e com pouco investimento técnico. O empreendedor relatou dificuldades que encontra na

produção, visto que ele e sua família são responsáveis pelo cuidado da granja, mas não são capacitados para este tipo de criação o que resulta no alto índice de morte de aves, bem como a dificuldade de comercialização.



Foto 13: Ituiutaba: Granja de aves com eminência de mão de obra familiar, 2012.
Autor: FREITAS, B., 2012.

Esta produção é interessante para as ações do turismo ecorrural, uma vez que a própria oferta de aves e ovos pode incentivar a visitação. A diversificação da produção e comercialização de outras espécies de aves (codornas, faisões, marrecos, gansos e outros, além dos chamados frangos caipiras), podem contribuir para a otimização do uso da granja e agregar renda por meio do turismo, a exemplo do que acontece no município capixaba de Santa Maria de Jetibá, onde a produção granjeira diversificada constitui em um dos seus principais atrativos (PORTUGUEZ, 2012).

Entretanto, ressalta-se que para isto é necessário que haja qualificação para a realização destas práticas, uma vez que a própria produção atual vem encontrando dificuldades para sua manutenção e comercialização. No entanto, convém esclarecer

que em toda a BHRSV ocorre a produção de aves caipiras se, cuja produção se dá em praticamente todos os empreendimentos rurais pesquisados, com produção em geral, destinada ao consumo das famílias residentes.

Como se viu, a produção agropecuária necessita de adequações para ser efetivamente turistificada. Estas adequações não representam uma ameaça aos modos produtivos familiares e destinam-se à melhoria produtiva, qualificação da oferta e capacitação dos residentes. Entende-se que o uso recreativo e turístico das propriedades pode representar uma importante fonte de renda para os agricultores interessados na diversificação econômica local.

O próximo capítulo trata em específico das características populacionais, dados de trabalho e relacionadas à infraestrutura dos empreendimentos rurais da BHRSV, assim como as limitações encontradas ao desenvolvimento local.

4 TRABALHO E INFRAESTRUTURA NO SÃO VICENTE

Convêm iniciar o presente capítulo tratando das características dos empreendimentos rurais da BHRSV a partir das variáveis infraestruturais e dados de trabalho relacionando-os às possibilidades e desafios de uso da bacia para fins de turismo ecoturístico e lazer rural. Na figura 9, registrou-se a condição de posse das unidades produtivas com base nas seguintes categorias:

- ✓ Própria: o empreendimento rural já estar pago, tendo um proprietário, mesmo que não o habite regularmente.
- ✓ Arrendada: se refere ao empreendimento rural que foi arrendado por pequenos produtores que praticam agricultura familiar. Em alguns casos, os contratos foram firmados com empresas relacionadas ao setor canavieiro.
- ✓ INCRA: casos onde a custódia das terras é de responsabilidade deste Instituto, sendo dado aos empreendedores o uso das terras, por um período de tempo antes que obtenham definitivamente a posse das mesmas.
- ✓ Cedida: são casos de empreendimentos rurais, cujos proprietários não se interessaram mais em habitar e/ou realizarem as atividades rotineiras. Em função disto, cederam seus empreendimentos para terceiros.
- ✓ Absorvida pela atividade canavieira: são propriedades que foram unidas ou integradas aos extensos canaviais existentes no médio e baixo curso.
- ✓ Empreendimento Desativado: em casos onde não há nenhuma produção agrícola, nem pecuária, estando a propriedade desabitada.

- ✓ Não entrevistada: diz respeito às propriedades não entrevistadas, por motivos tais como: quando os moradores não foram encontrados, acesso foi impossibilitado pela inexistência de estradas rurais com condições de tráfego e por fim, casos em que entrevista foi negada.

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE POSSE DA TERRA

A condição de posse é relevante para o presente trabalho, porque este dado interfere diretamente na autonomia de implantação (ou não) de projetos de turismo ecorrural.

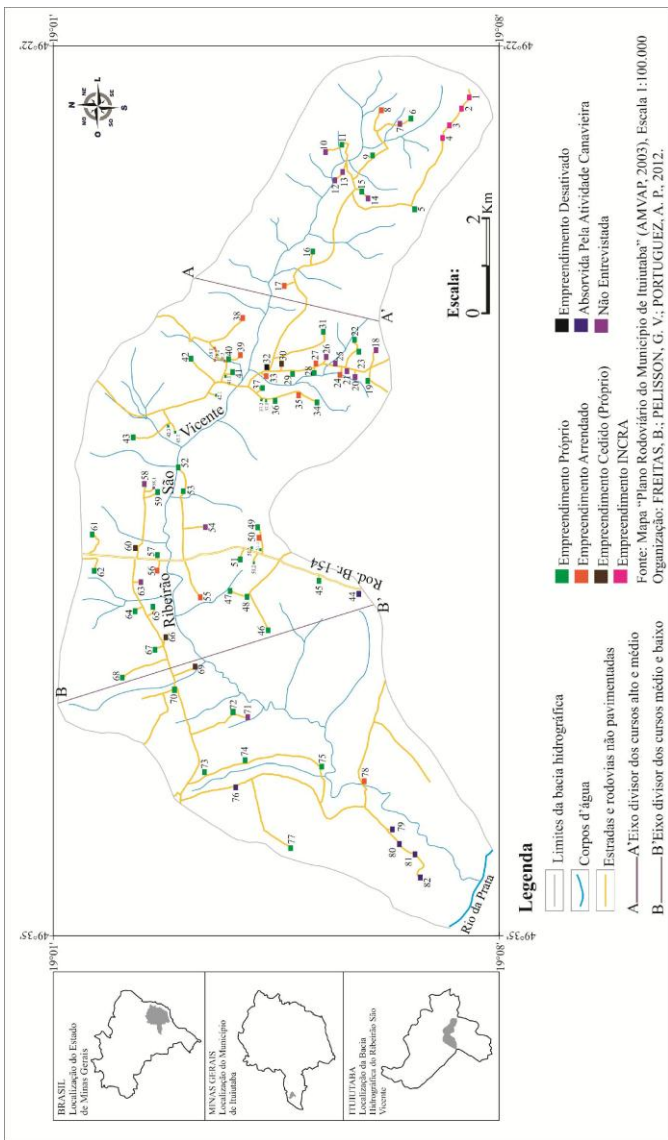


Figura 9: Ituitaba: Condição de posse e uso dos empreendimentos rurais da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente, 2012. Fonte: Mapa “Plano Rodoviário do Município de Ituitaba” (AMVAP, 2003), Escala 1:100.000 Organização: FREITAS, B.; PELLISSON, G. V.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

De acordo com a figura 9, é possível observar que no alto curso existe uma quantidade menor de fazendas, se comparada ao médio curso e no que se refere à área das unidades produtivas categorizadas como próprias. Percebe-se que a maioria é de pequena propriedade, com realização de atividades familiares. Em geral, nos empreendimentos que possuem uma área maior, o trabalho é assalariado.

Nas fazendas do médio curso onde não foram encontrados moradores, observou-se que se tratava de pequenos empreendimentos e a ausência destes moradores, segundo os vizinhos, se deve em geral ao fato de os mesmos só voltarem nas residências para dormirem. Apurou-se que estes residentes, passam a maior parte do tempo na cidade, pois não se dedicam exclusivamente à produção agrária.

No que se refere à área dos empreendimentos do médio curso categorizados como próprios, percebeu-se que a maioria é de pequenas unidades produtivas, onde se constatou trabalho familiar e em menor intensidade de empregados assalariados. Em relação aos empreendimentos categorizados como alugados predomina o trabalho familiar. Em contrapartida, nos empreendimentos com áreas maiores, observaram-se trabalhadores assalariados. Em relação aos empreendimentos categorizados como cedidos pelos proprietários, verificou-se que são pequenas fazendas com trabalho familiar.

Em relação às fazendas do baixo curso, percebeu-se que a área dos empreendimentos categorizados como próprios, é predominantemente constituídos por pequenas propriedades, com trabalho familiar e assalariado. Em relação ao empreendimento rural alugado, o trabalho é assalariado voltado para atividade canavieira. No empreendimento cedido, verificou-se que se trata de uma pequena fazenda com mão de obra familiar.

O panorama exposto restringe às facilidades de implantação do turismo ecoturístico às propriedades próprias, pois nelas as famílias possuem maior liberdade para aderirem (ou não) a programas de incentivo às visitas de caráter recreativo. Evidentemente esta restrição não constitui proibição para os demais empreendimentos. Representa apenas um fator dificultador, pois a falta de plena autonomia dos empregados e arrendatários exigiria novos acordos com os verdadeiros proprietários das fazendas.

No que se refere à infraestrutura das propriedades da BHRSV e seus dados populacionais, é interessante relacionar a representação sobre a quantidade de empreendimentos por setor da bacia, com o estudo realizado por Agostinho e Portuguez (2012a), que detectaram que o alto curso possui 40 moradores fixos, gerando uma média de 3,3 habitantes por propriedade. É, portanto, uma área de baixa concentração populacional.

Ainda segundo estudo destes autores o médio curso é a área mais extensa da bacia e, conseqüentemente, é nela onde se encontra o maior número de fazendas e é a parte mais populosa da BHRSV. São ao todo, 147 moradores, o que gera uma média de 3,58 habitantes por propriedade. Este contingente representa cerca de 70% dos moradores da BHRSV.

O baixo curso do ribeirão de São Vicente é atualmente a área menos habitada da bacia. Contou-se 35 moradores, com uma média de 4,4 indivíduos por fazenda. Este fato ocorre porque as plantações de cana-de-açúcar estão aos poucos, integrando a posse, ou absorvendo a propriedade de algumas fazendas, transformando-as em extensas áreas destinadas ao grande capital sucroalcooleiro, conforme representado na figura 9.

Isto tem gerado pressão sobre os agricultores familiares para que eles vendam ou arrendam suas unidades produtivas, que contribui para os elevados índices de evasão populacional na BHRSV, onde se detectou em campo poucos proprietários que ainda residem no campo. Em contrapartida, observou-se que grande parcela da população já se mudou, atribuindo responsabilidade de cuidado do empreendimento a empregados (tabela 5).

Tabela 5: Ituiutaba: Local de habitação dos empreendedores rurais da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente, 2012.

Área Pesquisada	Ituiutaba	%	Rio de Janeiro (RJ)	%	Leme (SP)	%	BHRSV	%	Total (100%)
Alto Curso	4	33,3	1	8,3	-	-	7	58,4	12
Médio Curso	28	68,3	-	-	-	-	13	31,7	41
Baixo Curso	2	25	-	-	1	12,5	5	62,5	8
Total	34	55,8	1	1,6	1	1,6	25	41	61

Fonte: Dados da coleta de campo. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

Fazendo um balanço geral sobre o local de habitação dos proprietários das fazendas da BHRSV, percebeu-se que o número dos que residem fora de seus empreendimentos rurais, é bem maior do que os que de fato assumem a responsabilidade do trabalho em seus empreendimentos. Delegam esta responsabilidade a trabalhadores, arrendatários e outros e em alguns casos, até mesmo cedem seus empreendimentos para os cuidados de terceiros.

Assim, pensar na implantação de práticas relacionadas ao turismo eorrural nas fazendas que não contam com a presença de seus proprietários, é questionável, pois os empregados já exerçam atividades relacionadas aos processos produtivos no empreendimento, o que pode sobrecarregá-los

pelo aumento e/ou acúmulo de serviço. Assim, algumas alternativas seriam a contratação de mais funcionários que destinassem seus serviços às ações específicas do turismo, ou permitir que as práticas recreativas constituam-se em agregação de renda para os trabalhadores (e/ou seus familiares) que aceitem esta nova ocupação.

A tabela 6 apresenta questões populacionais relacionadas à espacialização do trabalho na área estudada, uma vez que esta variável é importante para as atividades recreativas, pois por meio dela é possível pensar em um turismo que possa dinamizar a economia por meio da geração de renda.

Tabela 6: Ituiutaba: Panorama empregatício da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente (Por Empreendimento), 2012.

Área Pesquisada	Trabalhador Formal	%	Trabalhador Informal	%	Trabalho Familiar	%	Total
Alto Curso	4	33,3	-	-	8	66,7	12
Médio Curso	14	34,1	10	24,4	17	41,5	41
Baixo Curso	3	37,5	-	-	5	62,5	8
Total	21	34,5	10	16,4	30	49,1	61

Fonte: Dados da coleta de campo. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

Em inúmeras fazendas que possuem famílias de trabalhadores assalariados, os recebimentos dos pagamentos são direcionados somente ao homem, mesmo nos casos em que as mulheres são responsáveis pelos afazeres domésticos (limpeza das sedes, cuidado dos quintais e outros) e até mesmo serviços pesados (retirada manual de leite, trato de animais, dentre outros). Mesmo com a responsabilidade de cuidar dos empreendimentos, as mulheres não recebem a devida remuneração pelo trabalho realizado, se tornando submissas e dependentes ao marido.

A inserção do turismo neste cenário pode gerar resultados contraditórios, exigindo dos planejadores do setor uma atenção especial para as questões de discriminação do trabalho feminino. Por um lado a inserção do turismo nestas fazendas pode vir piorar a realidade até então encontrada, uma vez que possa contribuir diretamente na sobrecarga de afazeres domésticos. Isto porque geralmente são as mulheres que se responsabilizam pelos afazeres nas cozinhas, preparando os produtos que são comercializados durante as visitas: bolos, doces, biscoitos, compotas e outros.

Por outro lado, o turismo pode constituir-se em possibilidade de minimização da exploração destas mulheres, uma vez esta atividade deve surgir neste cenário enquanto possibilidade de incentivo à independência financeira da mulher.

Tratar-se-á na Figura 10 de dados referentes ao trabalho formal, trabalho informal e familiar, além de informações referentes à média de salários pagos e/ou renda familiar por empreendimento, bem como o número de empregados por fazenda.

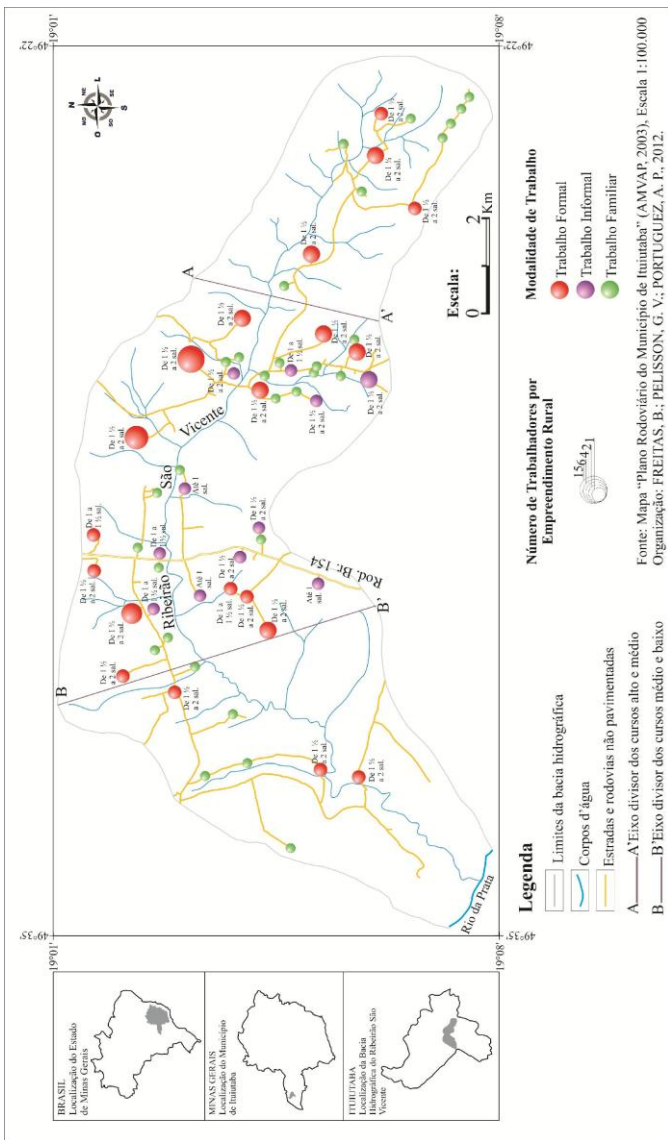


Figura 10: Ituiutaba: Panorama empregatício dos empreendimentos rurais da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente, 2012. Fonte: Mapa "Plano Rodoviário do Município de Ituiutaba" (AMVAP, 2003), Escala 1:100.000 Organização: FREITAS, B.; PELISSON, G. V.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

Para as ações relacionadas às práticas de turismo ecorrural, as fazendas mais interessantes são as que contam com trabalho familiar, uma vez que esta atividade pode surgir enquanto possibilidade de geração de renda e postos de trabalho nestes empreendimentos. De acordo com a tabela 6 e figura 10, é possível observar que no alto e baixo curso são onde se concentram a maior porcentagem de agricultores familiares.

A grande concentração de agricultores familiares no alto curso se deve em geral, à própria dificuldade que os moradores encontram em seus processos produtivos e falta de interesse dos grandes produtores (na atualidade) por estas áreas. No baixo curso, este percentual é significativo em função dos resquícios de pequenos produtores familiares que resistem às pressões exercidas pela presença de grandes empreendimentos canavieiros.

As fazendas do alto curso são interessantes para o turismo ecorrural, pois além da possibilidade de geração de renda e postos de trabalho, a própria paisagem é interessante, uma vez que é composta por bordas escarpadas, com a presença dos maiores índices de bosques remanescentes (figura 8). Em contrapartida, é necessário pensar primeiro, na melhoria das estradas, que dificultam a própria vida dos moradores.

Os agricultores familiares do baixo curso apresentam dificuldades relacionadas à infraestrutura em suas propriedades, nas quais foi possível constatar grande precariedade nas condições locais de saneamento, destinação de resíduos, abastecimento de água e outros. Portanto, os empreendimentos que apresentam maiores probabilidades para se pensar no turismo ecorrural estão localizados no médio curso.

Conforme a figura 9, nesta área existe uma maior concentração de fazendas e estas se localizam ao longo das

principais estradas que dão acesso ao Salto do Prata (figura 11), principal atrativo turístico do município de Ituiutaba.

Além de fatores relacionados às produções agrárias, é interessante ressaltar que no médio curso encontram-se fazendas que possuem bosques remanescentes que podem ser desenvolvidas atividades de educação ambiental. Possuem ainda morros residuais que se destacam por seus aspectos cênicos e que podem servir de mirantes naturais para a contemplação e interpretação da paisagem

Nas propriedades com a presença de trabalhadores informais, o turismo pode acentuar e precarizar os problemas de relação de trabalho já existentes, uma vez que o próprio modo de recrutamento dos empregados se dá de forma ilegal. Assim, estes empreendimentos não são interessantes para as práticas voltadas a práticas recreativas, uma vez que esta atividade visa zelar pelas condições de qualidade de vida dos indivíduos envolvidos neste processo, quando planejadas a partir dos pressupostos ora apregoados de desenvolvimento local.

Nas propriedades onde ocorre o trabalho formal, percebeu-se que os trabalhadores desconhecem por completo o sentido das práticas turísticas, além de alegarem que a mesma não é de interesse de suas famílias e de seus patrões.

OS INVESTIMENTOS INFRAESTRUTURAIS

Outro cenário investigado para fins deste estudo refere-se às condições de infraestrutura das propriedades, uma vez que não se pode pensar em turismo ecoturismo sem se considerar o risco de agravamento de deficiências no saneamento, no abastecimento de água, destinação de resíduos e acesso à energia elétrica, motivo pelo qual se desejou conhecer esta variável de forma mais detalhada.

Agostinho e Portuguez (2012a) realizaram um amplo estudo sobre as condições de saneamento nas mesmas propriedades investigadas. Constataram que as condições de saneamento são fundamentais para que haja de fato o bem estar coletivo, o que não foi verificado de forma homogênea em toda a BHRSV. O Gráfico 1 diz respeito às formas de destinação de esgoto, que é um dos indicadores mais importantes da qualidade ambiental e da infraestrutura das propriedades.

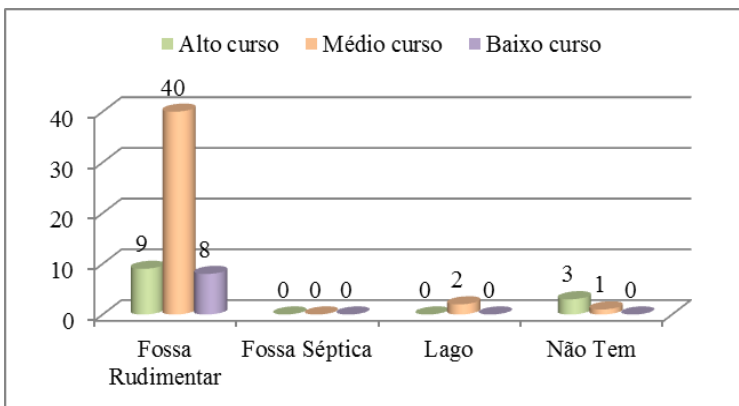


Gráfico 1: Ituiutaba: Destinação do esgoto, 2012. Fonte: Dados da coleta de campo. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

Na área de estudo encontraram-se empreendimentos que não possuem destinação de esgoto planejada, não proporcionando aos moradores conforto ambiental.

As necessidades fisiológicas são feitas em instalações precárias (foto 14), que geram riscos à saúde das famílias. A água com detergente e/ou sabão utilizada na higienização de utensílios domésticos é descartada inadequadamente em inúmeros empreendimentos, de forma que corre a céu aberto pelos quintais (foto 15).



Foto 14: Ituiutaba: Instalações precárias utilizadas como banheiros, 2012.
Autor: FREITAS, B., 2012.



Foto 15: Ituiutaba: Água contaminada com detergente e/ou sabão correndo a céu aberto, 2012.
Autor: FREITAS, B., 2012.

Fossas rudimentares são construções em forma de caixa que servem de receptáculo de esgoto. Em algumas das propriedades a localização das mesmas se dava perto da cozinha e se encontravam abertas, onde foram encontradas inúmeras moscas que a sobrevoavam.

O caso destas fossas descobertas nas proximidades das residências cria possibilidades de que a entrada e saída de vetores de doenças se proliferem mais acentuadamente no ambiente. Um adequado sistema de descarte de esgoto é de extrema importância para manter saudável o meio ambiente na BHRSV para os possíveis turistas e para a população da área de estudo.

A precariedade das condições de saneamento no meio rural é uma característica presente em todo o território brasileiro, não sendo exceção nas áreas com práticas turísticas

consolidadas. No entanto, o Poder Público deve sempre estar atento no sentido de esclarecer a população e agir em favor da saúde ambiental rural. Portuguez e Peixoto (2010) já alertaram para esta realidade ao estudarem o meio rural do município de Marechal Floriano (ES) para o qual propuseram uma metodologia participativa da melhoria da qualidade ambiental que envolvia 21 produtores dos distritos de Santa Maria e Araguaia.

Em toda a BHRSV não existe abastecimento de água por rede de distribuição geral, que garante melhor tratamento e cuidado com a água para o consumo nas mais variadas atividades do homem. A tabela 7 apresenta dados sobre a (não) obtenção deste serviço de saneamento nos empreendimentos rurais.

Tabela 7: Ituiutaba: Forma de abastecimento de água da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente, 2012.

Área Pesquisada	Poço ou Nascente na Propriedade	%	Cisternas	%	Rios, Açudes e Lagos	%	Total (100%)
Alto Curso	6	50	6	50	-	-	12
Médio Curso	23	56,1	17	41,5	1	2,4	41
Baixo Curso	4	50	4	50	-	-	8
Total	33	54,15	27	44,25	1	1,6	61

Fonte: Dados da coleta de campo. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

Esta variável é importante para pensar no turismo, uma vez que é importante saber qual a origem da água nestas fazendas, bem como sua qualidade, uma vez que a água destinada ao consumo humano tem que ter condições e

qualidades mínimas de higiene para ser utilizada pelos moradores e possíveis visitantes.

Concomitante às formas de obtenção de água nos empreendimentos rurais da BHRSV, é relevante saber sobre a existência de água canalizada. Para tanto, os dados presentes na Tabela 8 se referem ao acesso deste serviço em pelo menos um cômodo do domicílio.

Tabela 8: Ituiutaba: Canalização de água das fazendas da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente

Área Pesquisada	Sim	%	Não	%	Total
Alto Curso	8	66,6	4	33,4	12
Médio Curso	39	95,1	2	4,9	41
Baixo Curso	8	100	-	-	8
Total	55	90,1	6	9,9	61

Fonte: Dados da coleta de campo. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

Esta variável é relevante para se pensar no turismo ecorrural na BHRSV, pois o acesso à canalização de água possibilita que o morador e seus visitantes possuam maior conforto. Para as práticas turísticas é relevante que haja a canalização de água na propriedade, uma vez quem mesmo que estas fazendas sirvam apenas de passagem pelos visitantes, é necessário lembrar que estas pessoas demandam de qualidade mínima de higiene, para realizarem ações básicas, tais como: lavar as mãos, utilizar-se de banheiros, dentre outros.

No Gráfico 2 veem-se dados da destinação de resíduos sólidos dos domicílios pesquisados. Ressalta-se que os dados dizem respeito ao número de ocorrências por destinação em todos os empreendimentos estudados.

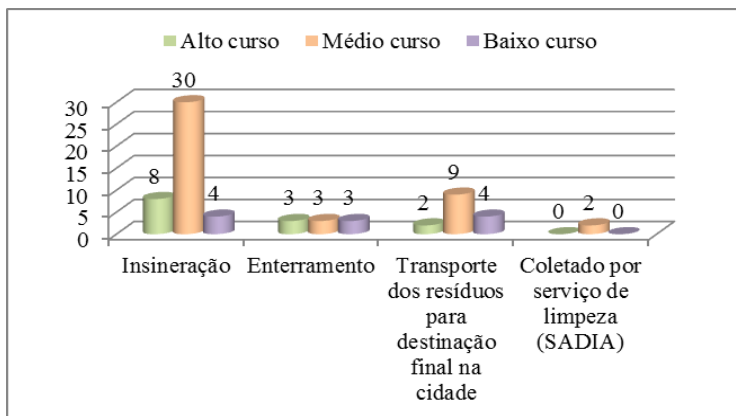


Gráfico 2: Ituiutaba: Destinação dos resíduos sólidos, 2012. Fonte: Dados da coleta de campo. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

O descarte sem planejamento de resíduos no ambiente, seja no solo, queimado e/ou enterrado traz riscos de contaminação e intoxicação, para isso Agostinho e Portuguez (2012b) argumentaram que:

[...] o lixo disposto inadequadamente no solo e/ou subsolo pode contaminar o lençol freático e o solo, gerando riscos para as famílias residentes. A incineração, por sua vez, produz fumaça com elevado índice de contaminantes, que não só poluem o ar, como também invadem as casas, podendo causar ou agravar problemas respiratórios. Bom lembrar que há um elevado contingente de trabalhadores com escolaridade precária, o que resulta no manejo inadequado de recipientes de agroquímicos. Em campo, foi possível observar que embalagens de produtos perigosos são inadequadamente descartadas com o lixo comum, o que enseja ações de educação ambiental urgentes por parte da municipalidade (AGOSTINHO; PORTUGUEZ, 2012b, p.39-40).

Entretanto, percebeu-se que parte dos proprietários já estão comprometidos com à adequada destinação de resíduos, pois encarregam-se de conduzi-los para a cidade de Ituiutaba, onde são dispostos de forma mais adequada pelos serviços municipais de saneamento. Por outro lado, verificou-se a necessidade de ampliação das ações de educação ambiental, pois grande parte dos domicílios visitados não apresentou mecanismos adequados para a destinação do lixo.

O turismo ecorrural e as ações efetivas de educação ambiental surgiria enquanto possibilidade de melhoria deste problema, uma vez que própria população local seria sensibilizada quanto às formas mais adequadas de destinações de lixo, com o objetivo de diminuir e/ou erradicar a incineração e enterramento de resíduos que ocorre de forma expressiva em toda a extensão da área de estudo. Cabe aí um trabalho mais efetivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

A tabela 9 trata do acesso à eletrificação rural na BHRSV, pois, o acesso à energia elétrica possibilita que os moradores possuam maior conforto em seus lares, além de reduzir a dependência das famílias em relação a outras fontes de energia e calor, sobretudo o carvão vegetal, as baterias químicas, o óleo diesel, entre outros.

Tabela 9: Acesso a eletrificação rural da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente

Área Pesquisada	Sim, de Companhia Distribuidora	%	Sim, de Outras Fontes (solar, eólica)	%	Não	%	Total
Alto Curso	8	66,7	1	8,3	3	25	12
Médio Curso	41	100	-	-	-	-	41
Baixo Curso	8	100	-	-	-	-	8
Total	57	93,5	1	1,6	3	4,9	61

Fonte: Dados da coleta de campo. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

Pode-se notar que praticamente em todos os empreendimentos da BHRSV contam com acesso à eletrificação rural por companhia distribuidora, o que permite afirmar que em relação a este serviço a bacia possui capacidade instalada para atender os desejos básicos dos possíveis visitantes, a exemplo de acesso aos canais de comunicação, água quente, dentre outros.

Diante do exposto, entende-se que o Poder Público Municipal pode contribuir de forma decisiva no sentido de melhorar a infraestrutura de acesso e oferecer as condições técnicas e de capacitação que as famílias necessitam para a implantação do turismo eorrural.

Neste sentido, não se detectou na análise documental realizada na Prefeitura Municipal de Ituiutaba nenhuma ação efetiva em favor da promoção do turismo no espaço rural do município.

O capítulo 5 à continuação traz um balanço geral dos dados levantados na BHRSV e propõe uma estratégia de turismo eorrural para a mesma, integrando-a ao principal atrativo turístico localizado ao sul do município: o Salto do Prata.

Isto porque, entende-se que a BHRSV não possui por si só características que justificam uma prática turística dinamizadora da economia local. Porém, associada à atratividade do Salto, é possível oferecer aos turistas e aos residentes da área urbana de Ituiutaba um interessante e agradável roteiro de turismo que integra a produção rural, à possibilidade da educação ambiental e as belezas naturais das bacias hidrográficas localizadas na porção sul do município.

5 TURISMO ECORRURAL: UMA POSSIBILIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DE ITUIUTABA

Este capítulo traz uma proposta de roteiro turístico que integra a sede urbana da cidade de Ituiutaba e o Salto do Prata, que é considerado um dos principais atrativos paisagístico do meio rural do município. O eixo de ligação entre a cidade e o referido atrativo é a Rodovia BR-154 que atravessa a BHRSV em seu sentido Norte-Sul em seu médio curso.

Entretanto, antes de o Poder Público efetivar esta ou qualquer outra proposta de turismo no espaço rural, é necessário que os próprios moradores estejam informados dos detalhes do planejamento turístico municipal, apresentando-lhes os interesses inerentes a esta atividade socioeconômica. Sem o envolvimento efetivo dos residentes, fica complicado falar nesta prática social, pois se constatou em campo que inúmeros moradores não sabiam sequer o que vem a ser o turismo.

Muitos autores vêm discutindo estratégias de formatação de roteiros turísticos com base nos pressupostos do desenvolvimento local, tais como: Portuguez (1998), Tulik (2010) e outros. Para estes autores é necessário conhecer a opinião das pessoas que serão diretamente atingidas pelos benefícios e pelos malefícios da prática turística. Uma forma de tornar este reconhecimento mais acessível é a utilização de metodologias participativas envolvendo os proprietários que demonstram interesse em agregar renda à suas propriedades. A tabela 10 apresenta à aceitação desta atividade pelos empreendedores da BHRSV.

Tabela 10: Ituiutaba: Aceitação da inserção do turismo e/ou lazer rural nas Propriedades da área de estudo

Área Pesquisada	Sim	%	Não	%	Total
Alto Curso	3	25	9	75	12
Médio Curso	9	22	32	88	41
Baixo Curso	2	25	6	75	8
Total	14	22,9	47	87,1	61

Fonte: Dados da coleta de campo. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

Conforme a tabela 10, 22,9% dos empreendedores se colocaram a favor da implantação do turismo na BHRSV e, 87,9% dos proprietários se colocaram contra a implantação da referida atividade em função de diversos motivos que vão desde o desconhecimento desta prática e até mesmo por questões de impossibilidades econômicas. De antemão a proposta que ora se desenha fundamentar-se-á na utilização das 14 propriedades cujos empreendedores se declararam interessados. Em relação às principais belezas naturais da região o Quadro 1 apresenta a percepção dos moradores em relação ao que mais acham bonito na área onde vivem.

Área Pesquisada	Serra	Córrego	Cachoeira	Mata Nativa / Flora	Fauna	Nada	Tudo	Não Sabe
Alto Curso	X	X	X	X	X		X	X
Médio Curso	X	X		X	X	X		X
Baixo Curso		X		X				

Quadro 1: Ituiutaba: Principais Belezas Naturais da Região, 2012.
 Fonte: Dados da coleta de campo. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

Em todo o universo da BHRSV, os moradores alegaram, que consideram como principais belezas na região, elementos, tais como: as matas nativas, onde estão as nascentes, as cachoeiras próximas às nascentes, a tranquilidade do lugar, as serras, bem como à vista para as mesmas, as plantações de cana-de-açúcar e de guariroba, entre outros.

Alguns depoentes consideraram que as áreas de vegetação que ainda se mantêm nas proximidades do Ribeirão São Vicente, tais como as veredas (foto 16), são os lugares mais bonitos. Contrastando com esta percepção, existem áreas que vêm sendo amplamente degradadas pelas atividades canavieiras (foto 17).



Foto 16: Ituiutaba: Cordões de buritis presentes nas proximidades da foz do Ribeirão São Vicente com o Rio da Prata, 2012.

Autor: FREITAS, B., 2012.



Foto 17: Ituiutaba: Vegetação natural retirada para ceder espaço para atividade canavieira, 2012.
Autor: FREITAS, B., 2012.

Por isso, as ações de educação ambiental em áreas turistificadas devem atingir às próprias comunidades locais, pois elas precisam ser sensibilizadas quanto à necessidade de manter o espaço visitado limpo, conservado, em condições de ser contemplado pelos visitantes. Além disto, a educação ambiental é uma ferramenta importante para a promoção da qualidade de vida dos próprios residentes do meio rural, pois possibilita a manutenção de condições mais adequadas para o bem viver.

A Tabela 11 apresenta a expectativa, por parte dos proprietários em relação à possível implantação do turismo ecorrural no município, com a inserção da BHRSV em produtos turísticos destinados ao chamado turismo alternativo.

Tabela 11: Ituiutaba: O turismo eorrural enquanto melhoria nas propriedades da bacia, 2012.

Área Pesquisada	Sim	%	Não	%	Não Sabe	%	Talvez	%	Total
Alto Curso	7	58,4	1	8,3	3	25	1	8,3	12
Médio Curso	36	87,8	1	2,4	-	-	4	9,8	41
Baixo Curso	6	75	-	-	-	-	2	25	8
Total	49	80,3	2	3,3	3	4,9	7	11,5	61

Fonte: Dados da coleta de campo. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

A maioria dos empreendedores (80,3%) afirmou que o turismo na área em questão poderia ser o caminho para todas as melhorias tais como: as condições ruins das estradas, inserção de postos de saúde, coleta de lixo e melhoria das habitações, dentre outros. Entretanto, não seria capaz de melhorar expectativas, tais como: o aumento do preço do leite por parte dos laticínios e auxílios governamentais que dinamizam a baixa produção.

Na BHRSV alguns empreendedores alegaram que o turismo seria o caminho destas melhorias, pois o dinheiro que circularia pelo aumento da visitação forçaria o Poder Público investir na melhoria do acesso. Percebeu-se em toda a área estudada que os moradores associam o turismo ao aumento da circulação monetária e ignoram quaisquer tipos de problemas ambientais que o turismo possa vir ocasionar.

Questionou-se sobre os receios que os inquiridos tinham acerca da implantação do turismo eorrural, na área em questão. Em geral, foram poucos fazendeiros que apresentaram receio. Dois depoimentos exemplificam os temores detectados:

O turismo pode de tirar a liberdade e privacidade minha e da minha família e trazer criminalidade, e aqui até hoje é tudo muito

pacato, nunca tive nenhum furto (Sucupira, 2012).

Igual quem trabalha com suíno tem que ter uma série de restrições, pois senão trás doenças pros porcos de granja, já que tem que ter um vazio sanitário de 72 horas, se [o visitante] tiver contato com outro tipo de suíno, no caso o caipira (Ipê, 2012).

Para que estes receios não se concretizem é necessário que haja um rigoroso planejamento. Defende-se aqui a implantação de um turismo alternativo (com fluxos reduzidos), pois de acordo com Freitas, Maia e Portuguez (2011), em escala local, este modelo de planejamento é de fato possível, ainda que à duras penas. Isto porque parte das classes empresariais e políticas do Brasil ainda entendem o turismo como expressão de fluxos de massa e sentem dificuldade em vislumbrar a viabilidade de lucro de pequena escala e de longo prazo. Porém, mesmo com este percalço, o turismo de pequenos fluxos é o mais adequado para os propósitos de desenvolvimento do meio rural, pois de outra forma não seria possível assegurar a manutenção das áreas naturais remanescentes.

UMA PROPOSTA DE ROTEIRO ECORRURAL

O desenho do roteiro turístico ora proposto levou em consideração todo o conjunto de dados levantados na presente pesquisa. A figura 11 apresenta uma proposta de percurso recreativo que envolve a sede municipal, a BHRSV e o Salto do Prata, de forma a contemplar as 14 propriedades localizadas no vale do São Vicente que demonstraram interesse em desenvolver o turismo ecorrural.

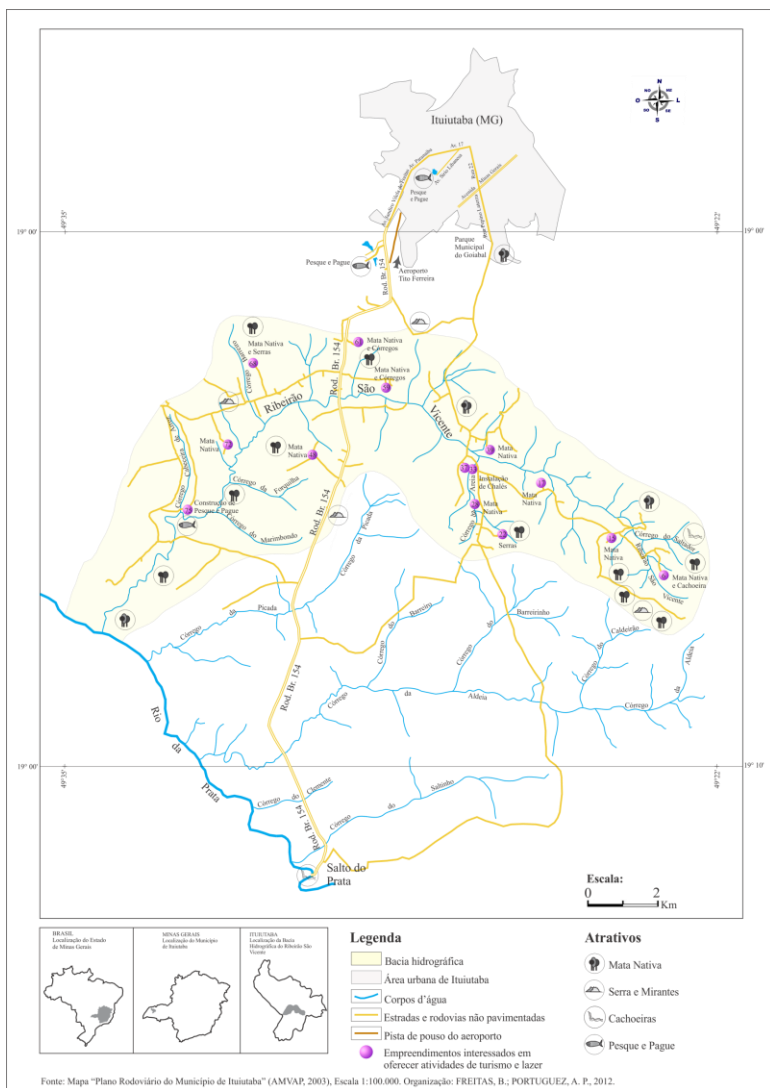


Figura 11: Ituiutaba: Roteiro de lazer e/ou turismo proposto a partir de atrativos presentes e interesse dos empreendedores da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente, 2012. Fonte: Mapa "Plano Rodoviário do Município de Ituiutaba" (AMVAP, 2003). Escala 1:100.000. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

A inclusão do meio urbano de Ituiutaba na figura 11 justifica-se por ser neste local que se concentra um contingente significativo de classe média, que é, por excelência, o estrato social alimentador de consumidores. Entre a cidade e o Salto do Prata (Fotos 18 e 19) percorre-se 26 km, sendo que parte deste percurso corresponde ao médio curso da BHRSV. A Rodovia BR-154 atravessa a bacia em sua porção mais central facilitando o acesso e permitindo visitas em toda a área de estudo, por meio de estradas rurais, tanto para Oeste, quanto para Leste.



Foto 18: Ituiutaba: Salto do Prata, 2012.

Autor: FREITAS, B., 2012.



Foto 19: Ituiutaba: Rio da Prata em forma de corredeira, 2012.

Autor: FREITAS, B., 2012.

Em um estudo sobre as potencialidade turísticas das cachoeiras e corredeiras de Ituiutaba realizado por Machado e Souza (2012), apresentou que o Salto do Prata constituem enquanto potencial turístico do referido município. Estes autores afirmaram que:

O Salto do Prata, [...] está assentado sobre os basaltos da Formação Serra Geral, os quais apresentam-se com muitas amígdalas e marmitas, o que demonstra o comportamento turbilhonar das águas. Os arenitos das Formações Adamantina e Marília, muito comuns na região do Triângulo Mineiro, não são aí encontrados (MACHADO; SANTOS, 2012, p. 220, grifos do autor).

Este diferencial encontrado próximo à área de estudo, surge enquanto possibilidades de ser valorizado, no sentido de se constituir em uma paisagem diferente da existente na maioria de toda extensão territorial de Ituiutaba. Machado e Santos

(2012) afirmaram que este atrativo (Salto do Prata) possui no mínimo dois cânions estreitos e alongados localizados na área pós cachoeira, ressalta que nesta localidade pode ser incentivada atividades relacionadas a esportes de aventura.

Além disto, à formação de poços, em função da concentração de água, formam piscinas naturais antes e depois das quedas dos saltos, possibilitando a prática de mergulho, natação e banho, com os devidos cuidados devido ao fato de a correnteza ser forte no local, em função das cachoeiras existentes.

O proposto roteiro foi além das delimitações físicas da BHRSV, visto que desde a saída da cidade de Ituiutaba, existem no trajeto, atrativos como: pesque-pague e matas nativas. O quadro 2 se refere somente aos 14 empreendedores que se manifestaram favoráveis à inserção do turismo em seus empreendimentos, apresentando os principais atrativos naturais presentes em cada um.

Área Pesquisada	Serra	Ribeirão	Cachoeira	Mata Nativa	Criação de Trilhas	Não Sabe
Alto Curso	X		X	X	X	
Médio Curso	X	X		X	X	X
Baixo Curso				X		

Quadro 2: Ituiutaba: Principais atrativos naturais das propriedades segundo os moradores da bacia, 2012. Fonte: Dados da coleta de campo.
Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

Os empreendedores do alto curso que se apresentaram favoráveis à inserção do turismo, consideraram como principais atrativos naturais: serras, cachoeiras, a mata nativa e a possível criação de trilhas ecológicas. No médio curso os empreendedores apresentaram como atrativos: as serras,

ribeirão, mata nativa e a criação de trilhas e no baixo curso ressaltaram a beleza das veredas e outros tipos de bosques nativos.

Um dos empreendedores do médio curso que se interessou pela recepção turística, disse que possui uma área de reserva que há anos não deixa ninguém fazer nenhuma alteração, nem extração de nenhum recurso, seja animal, vegetal ou mineral. Ainda existem bosques remanescentes em toda a bacia, sobretudo em suas áreas mais escarpadas (foto 20).



Foto 20: Ituiutaba: Área localizada no alto curso com amplitude topográfica acentuada, 2012.
Autor: FREITAS, B., 2012.

E são nos bosques de 2 empreendimentos do alto curso que se propõe atividades de educação ambiental, por meio de práticas que possam resignificar os recursos naturais ali existentes: o turismo de base ecológica e o lazer rural.

Para incentivar a preservação voluntária das áreas remanescentes, os produtores rurais precisam entendê-las como patrimônios sociais e como fontes de renda alternativa, onde é

possível desenvolver atividades de baixo impacto, com práticas recreativas compatíveis com as necessidades ambientais, tais como: passeios a cavalo, trilhas interpretativas em áreas de vegetação, plantio de árvores nativas, educação ambiental, campings, observação de pássaros, além de práticas relacionadas às atividades agrícolas, tais como degustação de cachaças e gastronomia rural.

Nas cabeceiras dos tributários do alto São Vicente, os cursos d'água formam pequenas corredeiras e cachoeiras, que podem contribuir bastante para o entretenimento de visitantes. Alguns riachos e córregos são bem acessíveis, de forma que se podem criar trilhas interpretativas em algumas localidades.

Algumas das propriedades interessadas na implantação do turismo ecoturista possuem morros residuais, que servem de mirantes naturais para a visualização de boa parte do conjunto paisagístico da BHRSV, e mesmo com a prática agrícola de forma extensiva, estas áreas ainda possuem importantes bosques de Cerrados que servem de palco para realização de trilhas ecológicas e também para transmissão dos conteúdos de educação ambiental, tanto para os visitantes, quanto para os moradores.

Em 2 empreendimentos do baixo curso, cujos proprietários apresentaram interessados na implantação do turismo, constatou-se a possibilidade de utilização das matas nativas. Em um destes o depoente afirmou que um dos principais atrativos da propriedade era a construção do pesque-pague, que já vem sendo implantado.

Apresentam-se na tabela 12, dados que mostram a quantidade de empreendimentos que fazem algum tipo de artesanato, doces ou queijos no universo da bacia e que podem estabelecer parcerias com os 14 proprietários interessados para promoverem em conjunto a venda dos produtos locais.

Tabela 12: Ituiutaba: Produção de artesanato, doces e queijos na Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente, 2012.

Área Pesquisa da	Sim, Comercialização	%	Sim, Próprio Consumo	%	Não	%	Total
Alto Curso	3	25	5	41,7	4	33,3	12
Médio Curso	10	24,4	16	39	15	36,6	41
Baixo Curso	2	25	5	62,5	1	12,5	8
Total	15	24,6	26	42,6	20	32,8	61

Fonte: Dados da coleta de campo. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

Os empreendimentos que destinam a produção de doces ou queijos para comercialização é de 24,6%, sendo que, é comercializado apenas o excedente da produção. O artesanato não é realizado em nenhum dos empreendimentos rurais, nem mesmo para utilização pelas famílias residentes.

Por outro lado, o turismo ecorrural pode incentivar o aumento da produção de doces e/ou queijos, e, desta forma, as famílias produtoras poderiam agregar renda e gerar ocupação produtiva para alguns de seus integrantes.

Como síntese do que se propõe um roteiro de turismo que integra as belezas do São Vicente com as belezas do Salto do Prata, de forma a valorizar tanto a diversidade produtiva da agricultura familiar da bacia estudada, quanto as características dos Cerrados pelos cursos d'água mais representativos do sul de Ituiutaba. Acredita-se que a formatação e oficialização deste roteiro fortaleceria a imagem municipal frente ao Circuito Turístico Águas do Cerrado.

CONCLUSÕES

Ao longo dos 5 capítulos que integram a introdução, a discussão teórica e as proposições da presente pesquisa, observou-se que o município de Ituiutaba carece de fato de estudos aprofundados a respeito de suas possibilidades turísticas, pois ainda são poucas as pesquisas que tratam desta temática e que apresentam um panorama do turismo do município estudado.

Este trabalho pretendeu consistir-se em um aporte ao planejamento municipal do turismo e, neste sentido, considera-se que o objetivo desta pesquisa foi atingido, uma vez que foi possível estudar as características do processo de ocupação do espaço na BHRSV, suas características físicas, seus aspectos sociais, o perfil dos empreendimentos, os interesses dos empreendedores locais em relação, dentre muitos temas.

Foram propostas medidas de otimização das estratégias de desenvolvimento pautados em uma economia de base local, por meio da utilização dos elementos socioambientais que compõem o cenário deste estudo. A metodologia adotada foi capaz de direcionar ao cumprimento dos objetivos propostos.

Esta pesquisa realizou uma breve discussão conceitual sobre turismo, pautando-se em três conceitos fundamentais: sustentabilidade, educação ambiental e turismo alternativo. Viu-se que do ponto de vista teórico, há uma ampla discussão sobre a noção de sustentabilidade que enseja muitas divergências entre os pesquisadores, pois muitos a acusam de ser um mero discurso midiático.

Por outro lado, há um grupo de estudiosos que mesmo reconhecendo o empobrecimento do sentido deste termo, devido ao seu uso indiscriminado, acreditam que “sustentabilidade” é uma designação ainda válida para referirem-se aos processos de desenvolvimento com respeito às necessidades culturais, sociais e ao meio ambiente. Por isso, propôs-se um turismo adequado para fazendas de baixa tecnificação, que necessitam ter os pressupostos da sustentabilidade incorporados ao seu planejamento, para que não provoque graves impactos sobre o conjunto de lugares onde será praticado.

Para tanto, é necessário um cuidadoso trabalho de educação ambiental, no sentido de despertar a sensibilidade ambiental na classe política, no meio empresarial, entre os turistas e na comunidade receptora. Todos necessitam trabalhar juntos no sentido de estruturarem espaços de visitação nos quais a prática turística converta-se em um importante momento de aprendizagem coletiva.

As variáveis físicas da área estudada mostraram que a BHRSV apresenta um conjunto de aspectos bem típicos do Brasil Central, sendo que nas escarpas do alto curso, os córregos tributários do Ribeirão São Vicente drenam o terreno de relevo mais movimentado, ocasionalmente dando origem a cachoeiras de pequeno porte, localizadas, sobretudo, em áreas próximas às suas nascentes. Estas quedas d'água estão no interior das fazendas e, por este motivo, o acesso é restrito aos moradores das fazendas e pessoas de seus círculos de convívio.

A abertura das mesmas para o turismo ecorrural pressupõe a criação de um circuito turístico e de educação ambiental que envolva a participação e mobilização dos proprietários que, pelo que se percebeu na pesquisa, reconhecem o potencial turístico da bacia, mas desconhecem os mecanismos adequados para formatarem conjuntamente produtos compatíveis com os atuais usos deste espaço. As atividades produtivas atuais vêm degradando crescentemente os cursos d'água e os bosques de Cerrados e, neste sentido, o turismo ecorrural pode contribuir para incentivar a conservação dos recursos remanescentes.

Os produtores rurais precisam entender o patrimônio paisagístico da BHRSV como fontes de renda alternativa, onde é possível desenvolver atividades de baixo impacto. Para tanto, buscou-se conhecer os aspectos físicos e a dinâmica natural desta bacia, com vistas a uma proposta realista e sustentável de turismo ecorrural.

A BHRSV é um recorte territorial do município de Ituiutaba que representa muito bem o modo de uso e ocupação da terra pelos agentes locais de desenvolvimento e pelo grande capital. Na bacia, a vegetação nativa foi gradativamente degradada nos últimos 40 anos, o que resultou na supressão de extensos bosques de Cerrados e a alteração do padrão fitofisiográfico das matas ciliares

A paisagem da área em questão apresenta potencial para ser turistificada. Porém a mesma se encontra degradada pelas formas de uso e ocupação vigentes, que sendo ou não geridas pelo grande capital são agressivas. Do alto para o médio curso, há formas diferentes de uso do solo, tais como pastagens, agricultura familiar e granjas de suinocultura confinada. Do médio para o baixo curso destaca-se a predominância do grande capital açucareiro com presença de agricultores familiar.

Propôs-se a criação de um turismo que seja adequado às reais necessidades de “sobrevivência” desta população. Portanto, é interessante que esta atividade surja enquanto possibilidades de diversificação econômica e geração de renda, principalmente nas fazendas que detenham de mão de obra familiar, já que estas unidades produtivas encontram inúmeras dificuldades de se manterem presentes no espaço da bacia, em função da pressão do grande capital.

Propôs-se que estes produtores aperfeiçoassem os modos produtivos realizados, como a manufatura de produtos, a exemplo do milho, mandioca, sorgo, leite para sua posterior comercialização, uma vez que o próprio comércio nestas fazendas, na atualidade é dificultado pelas atividades tecnificadas.

Ainda há muito que ser melhorado para elevar a qualidade de vida dos moradores da BHRSV, uma vez que muitos deles vivem em situações precárias do ponto de vista infraestrutural. Há problemas de acesso para muitas propriedades, o que reduz sua rentabilidade. Há ainda falta de acesso aos serviços de saúde, educação, lazer e perspectivas de dinamização da economia realizada na área de estudo.

O modelo de desenvolvimento de base local tem sido pensado justamente para localidades que apresentam este tipo de contraste: precariedade *versus* grande potencialidade. No contexto nacional, somente as fazendas de proprietários abastados são de fato bem estruturadas e, estes não necessitam necessariamente do turismo para garantirem sua sobrevivência. O turismo de base local deve ser incentivado justamente nas áreas produtivas que apresentam potencialidades, mas cuja população necessita de incentivos para lograrem uma vida mais justa e digna. Não se trata, portanto, de um turismo focado no mercado, mas sim na comunidade receptora.

Advoga-se que o turismo composto por fluxos controlados, pode ser uma importante ferramenta de proteção e valorização da natureza local, pois presume a manutenção dos aspectos paisagísticos considerados atraentes. Apesar do alto grau de antropização, a BHRSV ainda apresenta uma série de localidades dotadas de condições adequadas para a incorporação de atividades produtivas de baixo impacto, como é o caso do turismo no espaço rural. Evidentemente, fala-se de uma prática devidamente planejada no sentido de não assumir feições de turismo de massa.

Por fim, o estudo trouxe o roteiro turístico proposto que integra a cidade de Ituiutaba, ao Salto do Prata, passando pela BHRSV. Este roteiro foi desenhado desta forma, para integrar a área estudada ao uso do principal atrativo do meio rural sul do município. No entanto, para que esta proposta se viabilize, a municipalidade deverá atuar de forma bastante efetiva, não só na elaboração de políticas públicas, mas também no envolvimento da população residente na bacia nas diversas etapas do planejamento, para que esta possa protagonizar o processo de desenvolvimento desta atividade em seus espaços de vida cotidiana.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- AGOSTINHO, E. A.; PORTUGUEZ, A. P. Saúde e Meio Ambiente: Um Estudo de Caso na Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente (Ituiutaba-MG/Brasil). **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde:** Hygeia, v.8, n. 14, p. 143-156, jun. 2012a.
- _____, **Saúde e Meio Ambiente:** Um Estudo de Caso na Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente (Ituiutaba-MG/Brasil). Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais: UFU, Uberlândia-MG, 2012b. 58 p. (Relatório de pesquisa).
- ALMEIDA, M. G. A. A Sedução do Turismo no Espaço Rural: das Naturezas e Políticas. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e Prática no Espaço Rural.** Barueri, SP: Manole, 2010. p. 33-46.
- BOYER, M. **História do Turismo de Massa.** Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.
- BRASIL. Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975. Institui o Programa Nacional do Álcool e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 14 de nov. 1975. Seção 1, p. 15.257.
- _____. Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Presidência da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 10 jun. 2011.

MINISTERIO DA AGRICULTURA E DO
ABASTECIMENTO. **Programa Desenvolvimento dos
Cerrados: PRODECER**. Disponível
em: <<http://www.abrasil.gov.br/nivel3/index.asp?id=164&cod=CREND>>. Acesso em 16 ago. 2011.

BRITO, I. M. O mesozoico das bacias do Paraná e do São Francisco In: _____. **Geologia histórica**. Uberlândia: Edufu, 2001. p.151-166.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. 2 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1980.

CONTI, L. J. B. A natureza nos caminhos do turismo In: RODRIGUES, A. B. (Coord.). **Turismo e ambiente: Reflexões e Propostas**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 17-26.

CLEPS JÚNIOR, J.; PELEGRINI, D. F. A Integração Agroindustrial no Triângulo Mineiro: a Rezende Alimentos. **Caminhos de Geografia**: Uberlândia, n.01, p.27-38, set. 2000. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/10059/5930>>. Acesso em: 20 maio 2011.

CORIOLOANO, L. N. M. T. A Utopia da Sustentabilidade no Turismo. In: _____. (Org.). **O Turismo e a Relação Sociedade-Natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EDUECE, 2007. p. 314-326.

_____, Bases conceituais do desenvolvimento e do ecoturismo. In: QUEIROZ, T. M. M. (Org.). **Turismo e ambiente: temas emergentes**. São Paulo: Editora Alínea, 2006. p. 11-48.

_____, A Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Local. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G.; QUEIROZ, O. T. M. M. (Orgs.). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 61-70.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DALE, P. Definindo ecoturismo...para que? para quem? In: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005. p 2-16.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 9ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

FONTELES, J. O. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Áleph, 2004.

FREITAS, B.; MAIA, D. M.; PORTUGUEZ, A. P. Educação Ambiental e Uso dos Recursos Naturais em Uma Área de Interesse Turístico: Uma Proposta Para a Bacia do Ribeirão São Vicente - Ituiutaba (MG) In: SEABRA, G. F.; MENDONÇA, I. T. L. (Orgs.). **Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade**. 3. v. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p. 120-127.

FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P. Agricultura na Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente (Ituiutaba-MG). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia- MG. **Anais...** Uberlândia: UFU/LAGEA, 2012a.

_____, Caracterização da produção pecuária na Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente (Ituiutaba-MG). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia- MG. **Anais...** Uberlândia: UFU/LAGEA, 2012b.

_____, Ecoturismo, Educação Ambiental e Agregação de Renda na Microbacia do Córrego São Vicente – Ituiutaba- MG. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA DO PONTAL, 2., 2010,

Ituiutaba-MG. **Caderno de resumos expandidos...** Curso de Geografia: FACIP/UFU, 2010. CD-ROM, p.4-8.

_____, O Papel da Organização e da Dinâmica do Meio Natural no Planejamento dos Usos Ecoturísticos, Educativos e Recreativos da Bacia Hidrográfica Ribeirão São Vicente (Ituiutaba-MG). In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 14., 2011, Dourados-MS. Laboratório de Geografia Física: UFGD, 2011a. CD-ROM.

_____, Panorama dos Usos Produtivos da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente (Ituiutaba-MG) In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA DO PONTAL, 3., 2011, Ituiutaba-MG. **Anais...** Curso de Geografia: FACIP/UFU, 2011b. CD-ROM, p. 222-234.

FUCKS, P. M.; SOUZA, M. Turismo no Espaço Rural Preservação do Patrimônio, da Paisagem e da Cultura. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e Prática no Espaço Rural**. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 96-108.

GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. Geomorfologia ambiental: Conceitos, Temas e Aplicações. In: _____, (Orgs.). **Geomorfologia ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 17-92.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Carta topográfica Serra de São Lourenço: SE-22-Z-D-I**. Rio de Janeiro, 1973. 1 mapa, color. Escala: 1:100.000.

_____, **Carta topográfica de Gurinhatã**: Folha SE-22-Z-C-III. . Rio de Janeiro, 1973. 1 mapa, color. Escala: 1:100.000.

_____, **IBGE Cidades@**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 28 mai. 2012.

_____, **RADAMBRASIL:** Levantamento de recursos naturais. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia. Folha SE - 22/Goiânia, v.31, 1983.

_____, **Censo demográfico de 2010:** dados municipais de Ituiutaba. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 16 nov. 2012.

LADEIRA, F. S. B.; SANTOS, M. Metodologias para estudo do meio físico voltadas para o turismo ambiental. In: QUEIROZ, O. T. M. M. (Org.). **Turismo e Ambiente:** Temas Emergentes. Campinas: Alínea, 2006. p. 147-196.

LEFF, E. Coordenador. **A complexidade ambiental.** São Paulo: Cortez, 2003.

LOMBARDO, M. A. Educação ambiental como subsídio à escola do futuro. In: FREITAS, M. I. C.; LOMBARDO, M. A.. (Orgs.). **Universidade e Comunidade na Gestão do Meio Ambiente.** 7ed. Rio Claro: Páginas & Letras, 2000. p. 27-62.

MACHADO, G.; SOUZA, B. L. M. M. As Potencialidades Turísticas das Cachoeiras e Corredeiras de Ituiutaba/MG Como Subsídios ao Desenvolvimento Local. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G.; QUEIROZ, O. T. M. M. (Orgs.). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 215-229.

MAPLINK/TELE ATLAS. **Base de imagens de satélite de 2007.** Disponível em <<http://eart.google.br>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

MARQUES, J. S. Ciência geomorfológica. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Orgs.). **Geomorfologia:** uma atualização de bases e conceitos. 7ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 23-50.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A Territorialização do Agronegócio nas áreas de Cerrado. In: PORTUGUEZ, A. P.; MOURA, G. G.; COSTA, R. A. (Orgs.). **Geografia do Brasil Central: Enfoques Teóricos e Particularidades Regionais**. Uberlândia: Editora Assis, 2011. p. 199-215.

MENDES, P. C.; QUEIROZ, A. T. Caracterização climática do município de Ituiutaba. In: PORTUGUEZ, A. P.; MOURA, G. G.; COSTA, R. A. (Orgs.). **Geografia do Brasil Central: Enfoques Teóricos e Particularidades Regionais**. Uberlândia: Editora Assis, 2011, p. 333-354.

PEDROSO, Í. L. P. B. Meio ambiente, agroindústria e ocupação dos cerrados: o caso do município do Rio Verde no sudoeste de Goiás. **Urutágua Revista Acadêmica Multidisciplinar**, Maringá, nº 6, abr/jul.2005. Disponível em <<http://www.urutagua.uem.br//006/06pedroso.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

PEREIRA, K. G. O. A Geomorfologia para o planejamento físico-territorial: uma questão social. In: PORTUGUEZ, A. P.; MOURA, G. G.; COSTA, R. A. (Orgs.). **Geografia do Brasil Central: Enfoques Teóricos e Particularidades Regionais**. Uberlândia: Assis Editora, 2011. p. 147-159.

PORTUGUEZ, A. P. A abordagem do turismo pela educação escolar em tempos de transversalidades curriculares. In: In: _____. **Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas**: São Paulo: Roca, 2001, p. 125-135.

_____, **Exposição Permanente de Fotografias Aéreas Oblíquas de Ituiutaba**. Disponível em: <https://sites.google.com/site/gepteedl/>. Acesso em: 16 ago. 2011.
_____, Funcionalidade turística e multifuncionalidade produtiva do espaço rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE

TURISMO RURAL, 7., 2010, Presidente Prudente. **Anais...**
Presidente Prudente: UNESP, 2010a.

_____, **Turismo e aquecimento global: perspectivas de sustentabilidade.** 3. ed. São Paulo: Clube de Autores, 2010b.

_____, **Turismo e Desenvolvimento Socioespacial: Reflexões Sobre a Experiência do Agroturismo no Estado do Espírito Santo.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia Humana)-Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____, Usos productivos y apropiación de los recursos naturales en el espacio rural del municipio de Santa Maria de Jetibá (ES- Brasil). **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**, v. 32, 2012, p. 345-368.

PORTUGUEZ, A. P.; OLIVEIRA, L. P. A Política Nacional de Regionalização do Turismo e o ordenamento territorial do setor no estado de Minas Gerais. In: PORTUGUEZ, A. P.; MOURA, G. G.; COSTA, R. A. (Orgs.). **Geografia do Brasil Central: Enfoques Teóricos e Particularidades Regionais.** Uberlândia: Assis Editora, 2011. p. 235-264.

PORTUGUEZ, A. P.; PEIXOTO, J. P. Impactos e Monitoramento ambiental em empreendimentos turístico no espaço rural. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e Prática no Espaço Rural.** Barueri, SP: Manole, 2010. p. 137-149.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. **Plano Rodoviário do Município de Ituiutaba:** Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba, 2003. 1 mapa, color. Escala: 1:100.000.

REZENDE, M.; ROSENDO, J. S. Mapeamento do uso da terra e cobertura vegetal do município de Ituiutaba-MG, no período

de 1987, 1997 e 2007. In: ENCONTRO INTERNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PIBIC-UFU, CNPQ E FAPEMIG, 9., 2009, Uberlândia-MG. **Anais...** Uberlândia, 2009, CD-ROM.

ROCHA, M. R. et al. Mapeamento Geomorfológico do Triângulo Mineiro. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 8., 2001, Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile, Universidad de Chile, v. 2, 2001.

RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** São Paulo: Hucitec, 1997.

_____, Turismo Eco-Rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In: ALMEIDA, J. A. (Org.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável.** Santa Maria: Centro de Ciências Rurais - UFSM, 1998, p. 85-96.

RODRIGUES, V. A. A importância das florestas na educação ambiental e como proteção da biosfera. In: FREITAS, M. I. C.; LOMBARDO, M. A. (Orgs.). **Universidade e Comunidade na Gestão do Meio Ambiente.** 7ed. Rio Claro: Páginas & Letras, 2000. p. 149-155.

RUSCHMANN, D. V. M. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 2000.

SAITO, C. H. Política Nacional de Educação Ambiental e Construção da Cidadania: Desafios Contemporâneos. In: RUSCHEINSKY, A. **Educação Ambiental: Abordagens Múltiplas.** Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 47-60.

SANCHO, A. OMT: **Introdução ao turismo.** Tradução de Dolores Martin Rodriguez Comes. São Paulo: Roca, 2001. 371 p.

SANTOS, J. C. A Territorialização da Agroindústria Canavieira no Triângulo Mineiro e os (Re)Arranjos Espaciais na Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG). In: PORTUGUEZ, A. P.; MOURA, G. G.; COSTA, R. A. (Orgs.). **Geografia do**

- Brasil Central:** Enfoques Teóricos e Particularidades Regionais. Uberlândia: Editora Assis, 2011. p. 265-282.
- SORRENTINO, M. De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In: JACOBI, P et al (Orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania:** reflexões e experiências. São Paulo: SMA. 1998. p.27-32.
- SOUZA, R. R. et al. Variações Pluviométricas no Triângulo Mineiro-MG. **Revista Geonordeste**, ano 20, n. 2. p.183-206, 2008.
- TULIK, O. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e Prática no Espaço Rural**. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 2-22.
- WANDSCHEER, E. A. R.; TEIXEIRA, A. R. Novas ruralidades: demandas e potencialidades da sociedade contemporânea. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e Prática no Espaço Rural**. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 60-79.

